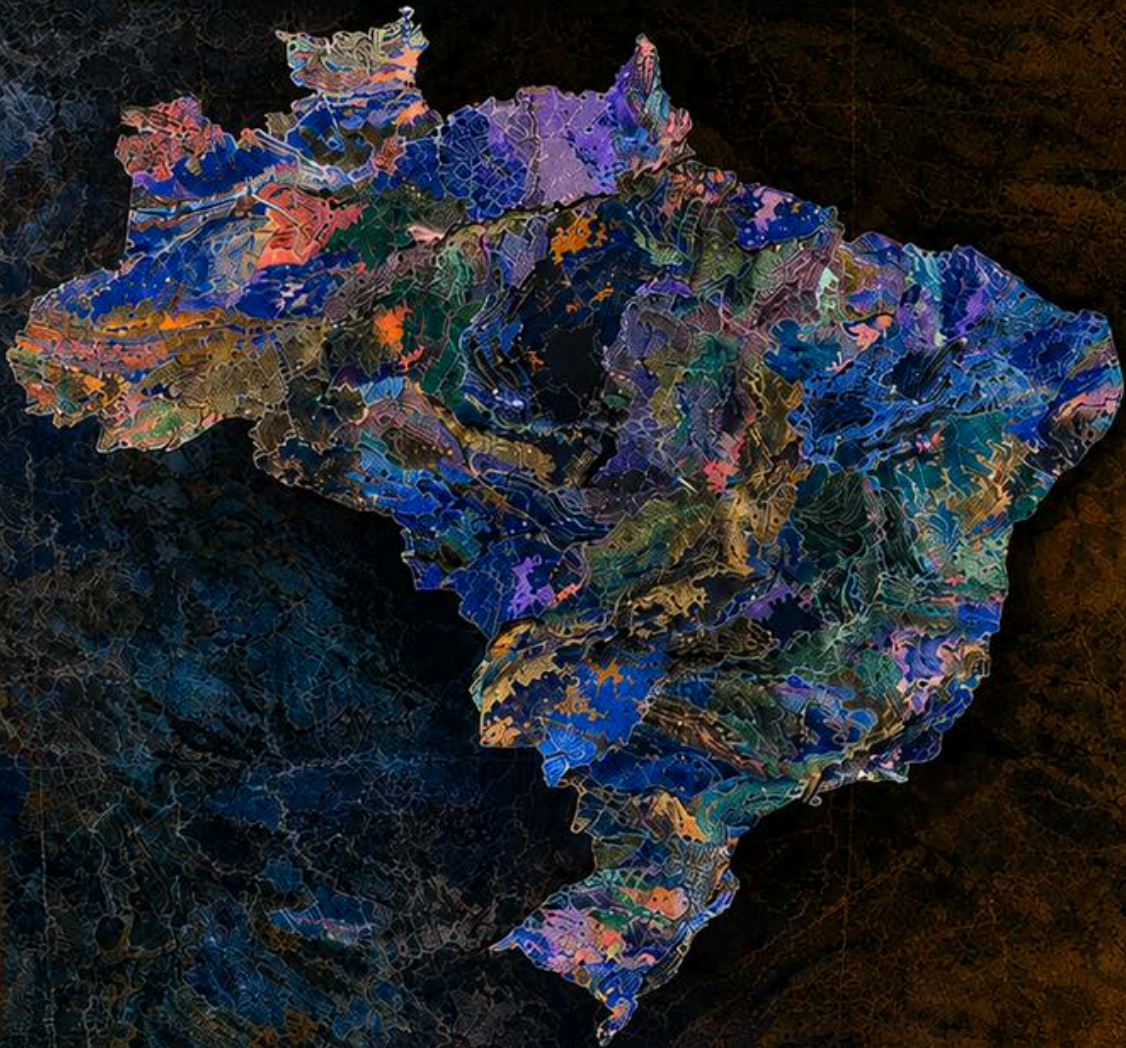


SGB/CPRM

Serviço Geológico do Brasil

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

— 2026 – ANO BASE 2025 —



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

Alexandre Silveira de Oliveira
Ministro de Estado

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt
Secretária Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Denis de Moura Soares
Presidente do Conselho de Administração

Vilmar Medeiros Simões
Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil - SGB

Luciano da Silva Teixeira
Representante do Ministério de Minas e Energia

Carla de Paiva Bezerra
Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Janaína Simone Neves Miranda
Representante dos empregados

Manoel Barretto da Rocha Neto
Membro independente

DIRETORIA EXECUTIVA

Vilmar Medeiros Simões
Diretor-Presidente

Alice Silva de Castilho
Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial - DHT

Francisco Valdir Silveira
Diretor de Geologia e Recursos Minerais - DGM

Alice Silva de Castilho (interina)
Diretora de Infraestrutura Geocientífica - DIG

Vilmar Medeiros Simões (interino)
Diretor de Administração e Finanças - DAF

CONSELHO FISCAL

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt
Presidente

Flávia Filippi Giannetti
Representante do Tesouro Nacional

Isabela Sales Vieira
Representante do Ministério de Minas e Energia - MME

Ruliette Queiroz Monsâ - Suplente
Representante do Ministério de Minas e Energia - MME

Luís Guilherme Parga Cintra - Suplente
Representante do Ministério de Minas e Energia - MME

Wiler Roger de Souza - Suplente
Representante do Tesouro Nacional

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - COAUD

Aline Alves Pinheiro

Palmiro Franco Capone

GOVERNANÇA

Saulo Daniel Monteiro Anacleto



IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ / NIRE	CNPJ 00.091.652/0001-89 NIRE 5330000166-9
Sede	Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Bloco H - Asa Norte Edifício Central Brasília - Brasília/DF CEP70.040-904
Tipo de estatal	Empresa Pública de Direito Privado
Acionista controlador	União, por meio do Tesouro Nacional / Acionistas de Direito Público Privado
Tipo societário	Sociedade por Ações
Estrutura de capital	Fechado
Setor de atuação	Pesquisa, estudos e desenvolvimento do conhecimento das Geociências
Diretor Presidente	Vilmar Medeiros Simões e-mail: presidente@sgb.gov.br
Diretor de Administração e Finanças	Vilmar Medeiros Simões (INTERINO) e-mail: daf@sgb.gov.br
Auditores Independentes atuais	TBRT Auditores Independentes S/S Tel: (11) 2275-4127 - Email: nivaldo@tbrt.com.br Nivaldo Saburo Yamamoto - Contador CRC 1SP195282/O-9 Sócio Administrador e Responsável Técnico
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	Denis de Moura Soares Vilmar Medeiros Simões Carla de Paiva Bezerra Luciano da Silva Teixeira Janaína Simone Neves Miranda Manoel Barretto da Rocha Neto
Data de divulgação	28/05/2026



1. APRESENTAÇÃO

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa do SGB/CPRM, referente ao exercício de 2025, foi elaborada em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Portaria SEST/MGI nº 9.734/2024, observando os princípios de transparência, accountability e evidenciação do valor público gerado.

O SGB/CPRM, enquanto empresa estatal federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, exerce função típica de Estado ao produzir e disponibilizar conhecimento geocientífico estratégico, essencial à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Seu mandato público está diretamente associado à redução de assimetrias informacionais, ao suporte à tomada de decisão governamental e à promoção do uso sustentável dos recursos naturais, em consonância com os dispositivos constitucionais e legais que regem a gestão dos recursos minerais e hídricos no país.

No exercício de 2025, o SGB/CPRM apresentou desempenho consistente na execução de suas atribuições institucionais, com destaque para a ampliação da base de conhecimento geológico e hidrológico, a avaliação de áreas com potencial mineral estratégico, o fortalecimento dos sistemas de monitoramento hidrológico e o apoio técnico à gestão de riscos de desastres. Tais resultados evidenciam a aderência das entregas institucionais às políticas públicas estruturantes e sua contribuição efetiva para o desenvolvimento nacional.

A atuação da empresa encontra-se alinhada ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e às iniciativas do Novo PAC, assegurando coerência entre planejamento estratégico, execução orçamentária e geração de valor público. Adicionalmente, destaca-se o esforço institucional na racionalização do gasto público e no aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle, em contexto de restrição fiscal.

Este documento apresenta, de forma sintética e estruturada, as principais contribuições do SGB/CPRM para as políticas públicas, os recursos empregados, os resultados alcançados e os mecanismos de governança adotados, permitindo ao leitor compreender os fundamentos que justificam a atuação da empresa e sua relevância para o Estado brasileiro.



1.1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que o Conselho de Administração apresenta a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa de 2026, referente ao ano-base 2025, consolidando o compromisso do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) com a transparência, a ética e a geração de valor público. No exercício de 2025, reafirmamos nosso papel estratégico como empresa estatal que exerce função típica de Estado ao prover conhecimento geocientífico essencial para o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

O desempenho institucional em 2025 foi marcado pela resiliência e eficiência, alcançando 82% de cumprimento dos objetivos estratégicos. Executamos diretamente R\$ 602,1 milhões em políticas públicas, garantindo entregas tangíveis em áreas cruciais como segurança hídrica, mineração sustentável e prevenção de desastres. Entre os resultados de destaque, ressaltamos a realização de mais de 77 mil km² de novos mapeamentos geológicos, o suporte a mais de 3.100 municípios em estudos minerais e a proteção direta de vidas através do mapeamento de riscos em 179 cidades e monitoramento hidrológico em 115 municípios.

Nossa gestão de governança avançou significativamente, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a agenda ESG à estratégia corporativa. Além disso, a conquista do Selo Ouro no Prêmio Nacional de Transparência Pública atesta a robustez de nossos controles internos e a integridade de nossos processos de prestação de contas.

Alinhados ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 e às diretrizes do Novo PAC, revisamos nosso Planejamento Estratégico 2025–2029 para garantir que o conhecimento técnico se converta em soluções efetivas para o bem-estar da sociedade. Encerramos o exercício de 2025 com um lucro líquido de R\$ 3,754 milhões, direcionado integralmente à recomposição patrimonial, assegurando a prudência financeira necessária para os desafios futuros.

Expressamos nosso reconhecimento ao corpo técnico e administrativo do SGB/CPRM, cujo capital humano é o pilar fundamental de nossa excelência científica. Seguiremos firmes na missão de transformar as geociências em subsídios fundamentais para o planejamento governamental e a prosperidade do povo brasileiro.

Denis de Moura Soares
Presidente do Conselho de Administração
Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM



1.2.1. Quem somos e atribuições legais

NA Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma empresa pública ligada ao Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia. Ela atua como o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), sendo responsável por gerar e divulgar informações geológicas e ambientais sobre o território brasileiro, como mapas, dados sobre recursos minerais, águas superficiais e subterrâneas e riscos naturais.

Criada em 1969, a CPRM passou a ser oficialmente reconhecida como Serviço Geológico do Brasil em 1994. É uma empresa de direito privado com função pública, e atua seguindo as leis e normas que regem as empresas estatais. Para cumprir sua missão, o SGB/CPRM conta com uma ampla infraestrutura distribuída pelo país. São oito Superintendências Regionais nas cidades de Manaus (AM), Belém (PA), Recife (PE), Goiânia (GO), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), responsáveis pela execução dos projetos. Além disso, possui três Residências (em Porto Velho-RO, Teresina-PI e Fortaleza-CE), sete Núcleos de apoio (em São Luís-MA, Natal-RN, Curitiba-PR, Boa Vista-RR, Criciúma-SC, Cuiabá-MT e Palmas-TO) e dois Centros de Treinamento, localizados em Apiaí (SP) e Morro do Chapéu (BA). A sede da empresa está em Brasília (DF), e o Escritório ERJ.

O SGB/CPRM também mantém importantes redes de apoio técnico e científico:

- Rede Lamim: reúne 20 laboratórios voltados à coleta e um laboratório principal dedicado à análise da qualidade das águas minerais do Brasil e à preparação de amostras geológicas.
- Rede de Litotecas: formada por 10 unidades que guardam um valioso acervo litológico, com testemunhos de sondagem, amostras de rochas, materiais de geologia marinha, lâminas petrográficas e alíquotas geoquímicas.
- Rede Ametista: rede de bibliotecas com atendimento on-line ou presencial, por meio do SEUS (Serviço de Atendimento ao Usuário), reunindo um acervo técnico e bibliográfico especializado em Geociências.

A instituição também abriga o Museu de Ciências da Terra, localizado no bairro da Urca, no Rio de Janeiro. O museu possui o maior acervo de fósseis e minerais da América do Sul, sendo um espaço importante para a divulgação científica e a educação. Outro destaque é o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), que tem como objetivo desenvolver e aplicar novas técnicas e métodos científicos, contribuindo para o avanço da pesquisa e da inovação nas atividades do SGB/CPRM.



1.2.1. Quem somos e atribuições legais

QUEM SOMOS

Serviço Geológico do Brasil – CPRM

GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS



Mapeamento geológico
Levantamentos geofísicos e geoquímicos
Avaliação de recursos minerais



HIDROLOGIA

Monitoramento de águas
Segurança hídrica



SGB/CPRM

Empresa pública vinculada ao Governo Federal

Referência nacional em geociências.



GESTÃO DE RISCOS

Prevenção de desastres naturais
Monitoramento de áreas de risco

GEOLOGIA REGIONAL



Gestão de bases de dados geocientíficos



GESTÃO TERRITORIAL



Presença em todo o território nacional



+20 unidades operacionais



Sede: Brasília (DF)



Atuação integrada com estados e municípios

Produzindo conhecimento geocientífico para o desenvolvimento sustentável do Brasil.



1.2.1. Quem somos e atribuições legais

1.2.1. Atribuições legais

Suas atribuições, como Serviço Geológico do Brasil - SGB, definidas pela Lei nº 8.970 de 1994, são:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;
- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos ligados à Terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia, e à geologia marinha; e
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

Não obstante, o SGB/CPRM tem suas atividades aderentes à Constituição Federal Brasileira, conforme descrito nos artigos:

- Art. 20. (Bens da União): os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; os potenciais de energia hidráulica; os recursos minerais, inclusive os do subsolo e as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- Art. 21. (Compete à União): elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional; planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações; instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos e seu uso.
- Art. 176. (Recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo): prevê a União como detentora das jazidas em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, encontrados em solo nacional.

Emenda Constitucional nº 85, de 2015 - Art. 218: considerando a Ciência, Tecnologia e Inovação como prioridade, concede tratamento preferencial às atividades de pesquisa científica básica e tecnológica, cumprindo o papel do Estado em promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.



1.2.2. Destaque do exercício 2025

No exercício de 2025, o Serviço Geológico do Brasil registrou resultados de elevada relevância institucional, refletindo o compromisso contínuo com a geração e a disseminação de conhecimento geocientífico de excelência e com o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do país. Os destaques apresentados na figura a seguir traduzem avanços obtidos em áreas estratégicas, tais como recursos hídricos, atividade mineral, gestão de riscos de desastres, planejamento marinho e costeiro, geologia e meio ambiente, evidenciando a abrangência, a efetividade e o valor público das entregas realizadas no período.

Com foco no avanço do conhecimento geocientífico, o SGB/CPRM realizou 77.090 km² de novos mapeamentos geológicos e beneficiou mais de 3.129 municípios com estudos voltados para minerais estratégicos, construção civil e agricultura.

Na área de recursos hídricos e meio ambiente, destacam-se o cadastro de 8.008 novos poços no SIAGAS e a recuperação ambiental de 257 hectares na Bacia Carbonífera de Santa Catarina. A atuação na proteção de vidas foi igualmente robusta, com 179 municípios atendidos por mapeamentos de risco e 115 cidades beneficiadas por sistemas de alertas hidrológicos, visando a redução de perdas econômicas e sociais.

Além disso, o compromisso com a inovação e disseminação de conhecimento resultou na publicação de 78 artigos científicos, na capacitação de mais de 1.800 profissionais (entre empregados e técnicos externos) e na disponibilização de um acervo com mais de 1,3 milhão de itens geocientíficos para a sociedade,



2. CONTRIBUIÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Entregas de valor público

O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) é uma empresa pública federal que desenvolve estudos sobre os recursos naturais do país. A missão da instituição é transformar o conhecimento técnico em ações que melhorem a vida das pessoas, promovam o desenvolvimento sustentável e ajudem na proteção do meio ambiente.



No exercício de 2025, o SGB/CPRM apresenta um balanço sólido de suas atividades, alcançando 82% de seus objetivos estratégicos. Em total sinergia com os programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, o SGB/CPRM converteu seu papel institucional em entregas de valor público tangíveis, com impactos diretos na promoção da segurança hídrica, na gestão proativa de riscos e desastres e no fomento à mineração segura e sustentável, com um volume de R\$ 602,1 milhões executados diretamente em políticas públicas, assegurou a prestação de serviços essenciais em diversas áreas estratégicas do país. Essa trajetória reafirma o compromisso do SGB/CPRM com a excelência técnica e a integridade, transformando o conhecimento geocientífico em subsídios fundamentais para a proteção de vidas, a soberania nacional e o desenvolvimento socioeconômico do país.

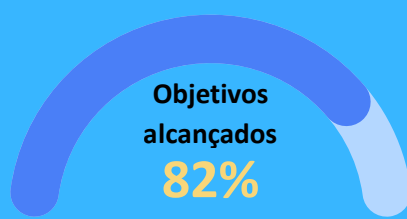
Um pilar fundamental para esse desempenho foi o investimento contínuo em capital humano, que promoveu a capacitação de 892 profissionais por meio de mais de 41 mil horas de treinamento técnico e especializado, garantindo a excelência científica necessária para os desafios geocientíficos nacionais



**R\$ 602,1
Milhões**

em Políticas Públicas

Total de recursos executados na prestação de serviços e entregas de valor para a sociedade



Percentual de comprimento das metas estratégicas definidas no planejamento estratégico



**Investimento em
Capital Humano**

892 empregados capacitados e mais de 41 mil horas de treinamento técnico especializado



Por meio desses estudos o Serviço Geológico ajuda o Brasil a:

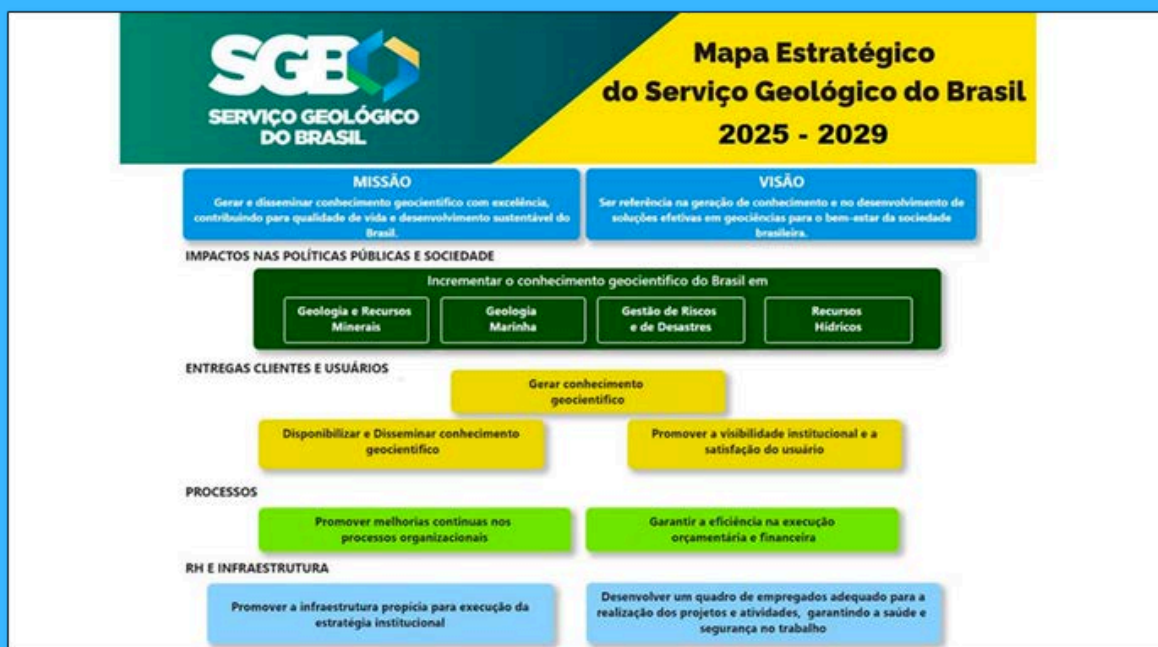
- Indicar as áreas mais potenciais para descoberta de depósitos minerais;
 - Conhecer melhor os recursos naturais do território marinho pertencente ao nosso país;
 - Conhecer melhor os rios, os aquíferos e outras fontes de água, promovendo seu uso de forma segura e consciente;
- Prevenir desastres geológicos e hidrológicos nos municípios brasileiros, apoiando as defesas civis municipais e estaduais na identificação de áreas sujeitas a deslizamentos de encostas e enchentes;
- Planejar o uso do território de forma organizada, segura e ambientalmente responsável;
- Produzir mapas e informações técnicas que ajudam os governos a planejar o futuro das cidades e do campo.

Esses estudos congregam diversas áreas de atuação técnicas, alinhadas a diferentes frentes de políticas públicas de Estado, como disposto na figura a seguir:



2.1.1. Alinhamento Estratégico: Integração com o PPA 2024-2027 e o Novo PAC

O SGB/CPRM revisou seu Planejamento Estratégico 2025–2029, alinhando-o à Lei 13.303/2016 e reafirmando seu compromisso com a geração de conhecimento geocientífico e a entrega de soluções voltadas ao bem-estar da sociedade. O plano define metas estratégicas nas áreas de mapeamento geológico, pesquisa mineral, geologia marinha, segurança hídrica, prevenção de desastres, inovação em Geociências e fortalecimento institucional. Essas metas estão organizadas segundo as quatro perspectivas do Balanced Scorecard: Valor Público; Clientes e Usuários; Processos Internos; Recursos Humanos e Infraestrutura. As ações planejadas estão articuladas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo detalhadas e monitoradas trimestralmente por meio de indicadores que se baseiam no seu plano anual de negócios, o Plano Anual de Trabalho (PAT). Os indicadores e metas estão disponíveis no site institucional, promovendo transparência e controle social. A missão, visão e valores do SGB/CPRM orientam o Mapa Estratégico, que conecta os objetivos institucionais às políticas públicas e à geração de valor para a sociedade.



Mapa Estratégico do SGB-CPRM com objetivos estratégicos por perspectiva para o ano 2025.

Por meio do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, que orienta os investimentos públicos com foco na melhoria da qualidade de vida da população, o SGB/CPRM atua, de forma individual ou em parceria com outras instituições, para garantir que as políticas públicas cheguem a quem mais precisa. O PPA 2024–2027, instituído pela Lei nº 14.802/2024, define as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal. No âmbito do PPA, o SGB/CPRM contribui diretamente para os seguintes programas de governo:

- Programa 3102 – Mineração Segura e Sustentável tem como objetivo ampliar a participação do setor mineral na economia brasileira, com base na sustentabilidade, na governança, na segurança jurídica, na estabilidade regulatória e na inovação. A mineração é uma indústria de base estratégica, pois fornece matérias-primas essenciais para os diversos setores produtivos e impulsiona novas oportunidades econômicas. As ações do programa incluem projetos alinhados ao Plano Nacional de Mineração 2030, à Política Nacional de Fertilizantes, ao Programa de Desenvolvimento Urbano, à Política Nacional de Transição Energética, bem como aos Programas de Aceleração do Crescimento (NOVOPAC) e de Parcerias de Investimentos (PPI).



- Programa 6113 – Oceanos, Zona Costeira e Antártida, o SGB/CPRM atua para ampliar o conhecimento científico e tecnológico sobre os ambientes marinhos, contribuindo para a conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos minerais do mar e a viabilização do ordenamento ecológico e econômico dos espaços costeiros e marinhos. Por meio de levantamentos geológicos, geofísicos e oceanográficos, a instituição expande o conhecimento sobre a Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), fortalecendo a economia azul. Essa atuação é estratégica para o país, pois menos de 10% da PCJB foi mapeada em escala adequada.
- Programa 2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre possui a finalidade de assegurar a disponibilidade de água em padrões adequados de quantidade e qualidade para os múltiplos usos, por meio de ações integradas de conservação, recuperação, uso racional dos recursos naturais e implantação da infraestrutura hídrica necessária, estando inserido nas iniciativas estratégicas do PPA 2024–2027. Nesse programa, o SGB/CPRM atua de forma estratégica na produção de conhecimento básico sobre aquíferos e sobre o comportamento hidrológico dos rios brasileiros, subsidiando o planejamento, a gestão e a tomada de decisão para o uso sustentável e eficiente dos recursos hídricos no país.
- O Programa 2318 – Gestão de Riscos e de Desastres tem como objetivo reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e a celeridade das respostas e reconstrução pós-desastres. A integração entre políticas públicas e a atuação coordenada de instituições, conforme estabelece a Lei nº 12.608/2012, é essencial para a redução de riscos e para uma resposta mais eficaz e tempestiva diante de eventos adversos. Nesse cenário, o SGB/CPRM atua como órgão técnico estratégico, contribuindo para o fortalecimento da gestão de riscos nos municípios por meio da produção e disponibilização de mapeamentos geológicos-geotécnicos, monitoramento e previsão de alertas hidrológicos, capacitações e dados geocientíficos que subsidiam a tomada de decisão e o planejamento territorial para salvaguarda de vidas e mitigação de danos.
- No Programa 0032 – Gestão e Manutenção do Poder Executivo, o SGB/CPRM responde por 3 ações orçamentárias, 21HF – Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, 2000 - Administração da Unidade. Essas ações dão suporte ao funcionamento institucional da Empresa, ao desenvolvimento de capacidades e à divulgação de informações de interesse público, assegurando as condições necessárias à continuidade das atividades e à observância dos princípios da administração pública e da transparência.
- O Programa 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais garante o cumprimento de compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com essas instituições. Nesse contexto, o SGB/CPRM executa a ação 00UU – Contribuição a Organismos Internacionais, que viabiliza sua participação institucional, fortalece a cooperação técnica e amplia a troca de conhecimentos em temas estratégicos.

As ações do SGB/CPRM também contribuem com políticas públicas transversais no âmbito do Ministério de Minas e Energia, bem como de outros órgãos setoriais. Esse alinhamento abrange:

- As políticas públicas catalogadas pelo IPEA;
- Políticas catalogadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O SGB-CPRM materializa este compromisso através de ações concretas, associadas a atividades, programas e projetos nos seguintes temas.

Promoção do Desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro

Em 2025, o setor mineral brasileiro teve um papel estratégico na economia, com destaque para a produção de 91 tipos de minerais, muitos essenciais para a transição energética. Minerais como ferro, cobre e metais preciosos impulsionaram as exportações, contribuindo com cerca de 55% do superávit comercial de US\$ 68,3 bilhões. A arrecadação da CFEM superou R\$ 7,91 bilhões, beneficiando estados e municípios. O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) foi essencial ao fornecer dados geocientíficos por meio de levantamentos e mapas, apoiando uma mineração mais eficiente e sustentável.



O Plano Plurianual 2024-2027 prioriza a ampliação dos levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos e de minerais estratégicos como lítio, níquel, cobre e terras-raras, reforçando a importância do conhecimento geocientífico para atrair investimentos e gerar desenvolvimento com responsabilidade socioambiental. Os produtos e estudos desenvolvidos pelo SGB/CPRM — como mapas geológicos, mapas de favorabilidade mineral e informes de recursos minerais — ampliam o conhecimento sobre o território nacional. Disponibilizadas em bases públicas de dados, essas informações orientam o requerimento de áreas junto à agência reguladora e reduzem impactos ao evitar a exploração em regiões de menor potencial geológico.

- **Política Mineral do Brasil - PlanGeo-Plano Decenal de Mapeamento Geológico Básico**

Em 2025, o Ministério de Minas e Energia (MME) estabeleceu uma agenda estratégica para o fortalecimento e o desenvolvimento do setor mineral com o lançamento do PlanGeo 2025-2034, plano decenal que prioriza mapeamento geológico em escalas estratégicas (1:100.000 e 1:250.000) para reduzir riscos exploratórios e atrair investimentos, excluindo áreas protegidas. O SGB/CPRM é central nessa estratégia, executando os levantamentos e mapeamentos das áreas, gerando dados para decisões de investimento e políticas públicas, e coordenando a aplicação do plano em parceria com o setor privado e a academia. Em 2025, o SGB/CPRM mapeou 77.090 km² — área equivalente aproximadamente aos estados da Paraíba e Sergipe somados.



Em 2024 foi lançado o PlanGeo que é o plano do SGB-CPRM, orientado pelo MME e com participação social, para guiar a produção de dados geocientíficos.

Através do Código de Águas Minerais, as águas minerais no Brasil só podem ser exploradas após análises técnicas. Essas análises são realizadas pelo SGB/CPRM-LAMIM — laboratório responsável por avaliar a qualidade, composição e classificação da água. Essas informações constam nos rótulos de todas as águas licenciadas no país, garantindo o consumo seguro e a gestão responsável desse recurso natural, bem mineral da União. <https://aguamineral.sgb.gov.br>



- Extração Sustentável - Programa Circularidade

O SGB/CPRM desenvolve iniciativas voltadas à sustentabilidade no setor mineral, com foco em “rejeito zero” e economia circular. Neste Programa, destaca-se o Projeto Cobalto a partir da recuperação de cobalto como subproduto, contribuindo para a transição energética. A técnica, desenvolvida em parceria com empresas e instituições, busca tornar a mineração mais sustentável e competitiva. Outros projetos envolvem estudos para reduzir impactos ambientais e promover a circularidade na indústria mineral brasileira com projetos piloto no Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

- Plano Nacional de Fertilizantes 2050

O SGB/CPRM pesquisa fertilizantes (potássio e fosfato) usados em grande escala na agricultura, identificando áreas potenciais para descoberta de novos depósitos, e assim diminuir a forte dependência do Brasil da importação destes insumos. Também é avaliado o uso de rejeitos da cadeia de mineração de insumos para construção civil para aplicação como remineralizadores de solos (pó de rocha). Estas pesquisas do SGB/CPRM são estratégicas para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, importante atividade econômica do país, e também para subsidiar a agricultura familiar.

- Política Nacional de Transição Energética

No âmbito da Política Nacional de Transição Energética, o SGB/CPRM tem se destacado, com foco em cobre, cobalto, elementos terras raras, urânio, níquel, lítio e grafita. Em Minas Gerais, novas áreas mapeadas em detalhe, com alto potencial de lítio impulsionaram o aumento de requerimentos minerários. Em 2025 houve uma expansão de 81% no número de requerimentos de pesquisa para esses tipos de materiais registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM). Em 2025 o Serviço Geológico do Brasil entregou diversos produtos relacionados aos minerais utilizados na transição energética em uma das regiões mais potenciais para o desenvolvimento de empreendimentos voltados para a exploração destes minerais, especialmente pela sua característica geológica, sua localização estratégica e infraestrutura existente. Esses minerais são essenciais para tecnologias limpas e fortalecem a segurança energética e a autonomia tecnológica do Brasil.



Estudos publicados em 2025 reforçam a relevância das terras raras e da grafita no cenário brasileiro como insumos-chave para tecnologias de energia limpa



- Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)

Os projetos do PPI conduzidos pelo SGB/CPRM envolvem a oferta pública de antigos ativos minerais da CPRM, reavaliados com valor de mercado atualizado, com o objetivo de atrair investimentos para o setor mineral por meio de leilões realizados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal. A iniciativa busca impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, gerando empregos e fortalecendo cadeias produtivas. Em 2025, o Serviço Geológico do Brasil leiloou área com potencial para o mineral caulín, no estado do Pará: sgb.gov.br/leilao.

- Geologia Marinha para Subsidiar a Política Nacional para os Recursos Minerais do Mar

A participação do SGB/CPRM nessa política é fundamental para ajudar o Brasil a ampliar seus direitos sobre o território no mar. Com seus estudos geológicos, o SGB/CPRM fornece as informações que permitem ao país provar que certas áreas do oceano também fazem parte do território brasileiro e a garantia de sua soberania e da importância para a ação de grandes empresas nacionais como a PETROBRAS. Graças a esse trabalho, o Brasil ampliou o conhecimento científico sobre uma enorme área chamada Elevação do Rio Grande — quase 1 milhão de km² a mais. Isso fortalece a presença do Brasil no mar e abre caminho para futuras pesquisas e uso sustentável dos recursos minerais que existem nessas regiões.



O Navio de Pesquisa Vital de Oliveira, em parceria com o SGB-CPRM, é uma das principais plataformas de pesquisa para mapear o fundo do mar e revelar o potencial geológico da PCJB. Crédito da foto: Ana Accioly



Planejamento e Ordenamento Territorial - Política Nacional de Ordenamento Territorial

- Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades)

No campo do Ordenamento Territorial, o SGB/CPRM realiza mapeamentos geológico-geotécnicos e estudos em municípios para subsidiar a formulação de políticas públicas relacionadas à ocupação urbana e rural, à infraestrutura e ao aproveitamento econômico sustentável dos recursos minerais e hídricos, em atenção aos Planos Diretores Municipais, aos Planos Estaduais de Desenvolvimento e ao Plano Nacional de Ordenamento Territorial.

Esses estudos abrangem as temáticas Geologia, Meio Ambiente e Saúde, bem como Geodiversidade aplicada ao Ordenamento Territorial, e influenciam direta e indiretamente a sociedade. Em 2025, o SGB/CPRM publicou cinco Cartas Geomorfológicas Municipais: São João da Ponte – MG, São Luís – MA, Passo do Lumiar – MA, Raposa – MA e São José de Ribamar – MA. Também foi entregue um estudo voltado ao fomento do geoturismo no Parque Nacional de Jericoacoara, além de um relatório sobre a dinâmica costeira do município de São Vicente – RJ. Esses estudos contemplaram diversas áreas do conhecimento territorial e beneficiaram sete municípios.



Relatórios de avaliação de dinâmica costeira em São Vicente - RJ e de Fomento ao Geoturismo em Jericoacoara - CE.



- Política Nacional de Resíduos Sólidos - Política Nacional de Saneamento Básico

Diante das dificuldades para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o SGB/CPRM vem atuando, ao longo das duas últimas décadas, atendendo às demandas das prefeituras municipais, na seleção de áreas adequadas para a instalação de aterros sanitários municipais, em consonância com a Norma NBR 13.896, estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual constitui critérios técnicos, econômico-financeiros e político-sociais com o objetivo de impactar minimamente as áreas destinadas para tal fim. Em 2025, foi entregue um estudo de avaliação técnica para a implantação de aterros sanitários na sede municipal de São Bernardo, no estado do Maranhão. No campo da geologia, meio ambiente e saúde, o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) também concluiu, em 2025, estudos de geoquímica ambiental na Bacia do Rio Munim e na Ilha do Maranhão, localizadas no estado do Maranhão e no estado do Pará, foi publicado o estudo geoquímico ambiental da Bacia do Acará-Moju, com a disponibilização de dados e informações sobre a qualidade das águas, dos solos e dos sedimentos, beneficiando 23 municípios.

Prevenção e Mitigação de Desastres

- Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) e Política Nacional Sobre Mudança do Clima

O SGB-CPRM desenvolve ações voltadas à prevenção de desastres, no contexto do programa de Gestão de Riscos e Desastres com estudos e pesquisas alinhados às diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). As ações seguem duas linhas gerais: 1) mapeamento de encostas e drenagens, 2) estudos, previsão e alerta de cheias e secas. Essas ações permitem identificar áreas vulneráveis a desastres no território nacional, fornecendo dados e informações fundamentais ao enfrentamento e preparação para desastres.

Com forte enfoque social e econômico, estas ações visam prevenir desastres naturais através da emissão de alertas que contribuem para mitigar os efeitos de inundações, cheias e secas, além de identificar e monitorar zonas de risco geológico, como deslizamentos e inundações. As iniciativas seguem diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, dos Planos Diretores de Bacias Hidrográficas, do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Destaca-se a parceria com as Defesas Civas na identificação de áreas de alto e muito alto risco, subsidiando a tomada de decisão por parte de gestores municipais, estaduais e federais. Os estudos também permitem quantificar os custos evitados com mobilizações desnecessárias e prejuízos decorrentes de inundações, demonstrando a relação entre o investimento no sistema de alerta e os benefícios gerados.

Em 2025, 179 municípios foram beneficiados por estudos geológico-geotécnicos, com mapeamento de encostas e drenagens e identificação de áreas críticas, e 1 município foi beneficiado com o mapeamento de áreas inundáveis (manchas de inundação). Além disso, 115 municípios foram beneficiados por ações de monitoramento, previsão e alerta de eventos hidrológicos extremos, e 30 municípios foram beneficiados por estudos de chuvas intensas.

Segurança Hídrica, de Vidas e Materiais

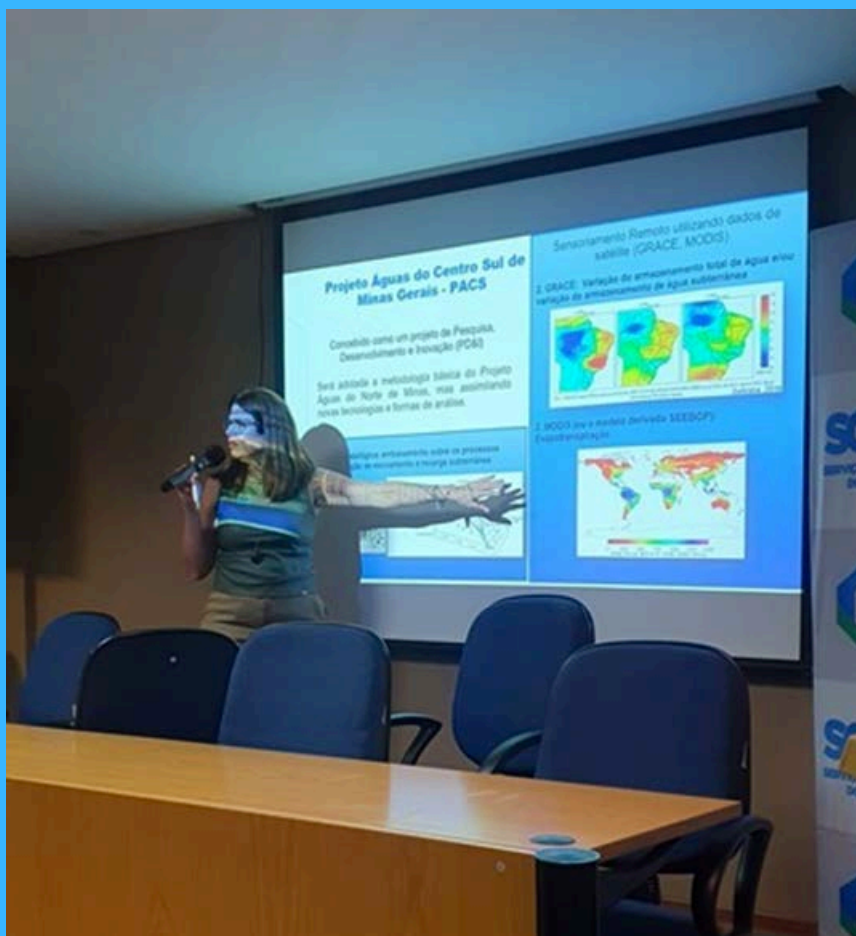
- Política Nacional de Recursos Hídricos

No contexto da Política Nacional de Recursos Hídricos, o SGB/CPRM desenvolve ações estratégicas voltadas à avaliação da disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, com destaque para a operação da Rede Hidrológica Nacional (RHN), realizada em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que contempla medições de precipitação, níveis e vazões dos rios. O monitoramento contínuo promovido pela RHN gera dados essenciais para compreender e antecipar situações críticas, como eventos de seca nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do país. Essas informações, frequentemente divulgadas em veículos de comunicação e em alertas oficiais, são fundamentais para a gestão dos recursos hídricos, a prevenção de desastres e o apoio à tomada de decisão por órgãos públicos e pela sociedade.



Em atenção à disponibilidade e à qualidade da água subterrânea, o SGB realiza o monitoramento de poços tubulares distribuídos em 22 estados brasileiros por meio da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS), além de manter o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), repositório nacional de dados sobre poços, que recebeu o acréscimo de informações de mais de 8.000 poços no ano de 2025.

No campo dos estudos técnicos, foram elaborados, em 2025, dois mapas hidrogeológicos dos estados do Tocantins e do Maranhão, além de levantamentos hidrogeológicos e estudos integrados voltados à gestão e à ampliação da oferta hídrica. Complementam essas ações os estudos de hidrologia desenvolvidos em projetos conjuntos com a ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), bem como pesquisas nas áreas de hidrologia isotópica, solos, bacias hidrográficas representativas de biomas e sensoriamento remoto aplicado, fortalecendo a base técnica e científica necessária à gestão sustentável dos recursos hídricos no país.



Apresentação do Projeto de parceria Águas do Sul de Minas Gerais - PACS

Recuperação de Áreas Degradadas

- Política Nacional de Meio Ambiente

No contexto da Política Nacional de Meio Ambiente, desde 2013 o SGB/CPRM realiza importantes ações de recuperação e monitoramento de áreas impactadas por passivos ambientais decorrentes da mineração de carvão no estado de Santa Catarina. As atividades de recuperação desenvolvidas pelo SGB/CPRM envolvem intervenções no meio físico, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais e restabelecer a integridade das microbacias afetadas. As técnicas empregadas variam conforme o tipo de exploração realizada na região, seja a céu aberto ou subterrânea. O monitoramento visa assegurar a efetividade das medidas adotadas nas etapas de recuperação, por meio do controle da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, da avaliação do solo construído, do acompanhamento da vegetação e da fauna, além da promoção de ações de educação ambiental. Em 2025, o SGB/CPRM atuou no projeto de recuperação da Bacia Carbonífera, em Santa Catarina, contemplando uma área de aproximadamente 257 hectares.



O SGB-CPRM revisou seu Planejamento Estratégico 2025–2029, alinhando-o à Lei 13.303/2016 e reafirmando seu compromisso com a geração de conhecimento geocientífico e a entrega de soluções voltadas ao bem-estar da sociedade. O plano define metas estratégicas nas áreas de mapeamento geológico, pesquisa mineral, geologia marinha, segurança hídrica, prevenção de desastres, inovação em Geociências e fortalecimento institucional. Essas metas estão organizadas segundo as quatro perspectivas do Balanced Scorecard: Valor Público; Clientes e Usuários; Processos Internos; Recursos Humanos e Infraestrutura. As ações planejadas estão articuladas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo detalhadas e monitoradas trimestralmente por meio de indicadores que se baseiam no seu plano anual de negócios, o Plano Anual de Trabalho (PAT). Os indicadores e metas estão disponíveis no site institucional, promovendo transparência e controle social. A missão, visão e valores do SGB-CPRM orientam o Mapa Estratégico, que conecta os objetivos institucionais às políticas públicas e à geração de valor para a sociedade.



Projeto de recuperação de áreas degradadas por carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina.

Pesquisa, desenvolvimento e Inovação (PD&I)

- Política Nacional de Inovação no SGB/CPRM

Desde 2018, o SGB/CPRM é formalmente reconhecido como ICT e conta com um Núcleo de Inovação Tecnológica, cuja Política de Inovação foi revisada em 2022. Para estimular novas pesquisas, instituiu o Comitê Gestor de PD&I. Em 2025, consolidou parcerias com o setor produtivo e conduziu projetos em energia alternativa, recursos hídricos, transição energética, óleo e gás, estocagem de carbono, prospecção mineral e investigação de recursos marinhos. Nesse contexto, os projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação desenvolvidos pelo SGB/CPRM, no âmbito do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES), estão diretamente alinhados às diretrizes nacionais de transição energética e descarbonização da economia. Essas iniciativas integram a política pública de hidrogênio de baixa emissão de carbono e contribuem para o Programa Nacional do Hidrogênio, com foco em bases geocientíficas para a produção sustentável. Além disso, as linhas de projeto voltadas à mineração para energia limpa fortalecem a segurança e a soberania energética do país, ao mesmo tempo em que promovem o uso responsável de recursos minerais estratégicos para tecnologias verdes.

- Geotecnologias, integração e disponibilização de dados geocientíficos - fomentar a transformação de conhecimento em produtos da Política Nacional de Inovação

O SGB/CPRM impulsiona a Política Nacional de Inovação no setor mineral por meio de plataformas como GeoSGB, P3M e BaseGEO, que integram dados geocientíficos em tempo real e modernizam a gestão pública de dados geocientíficos. Ao articular-se com programas como PLANGEO, PRONASOLOS e REATE, a instituição converte conhecimento técnico em inovação.



Mediação Geocientífica

- Política Nacional de Educação

No contexto da Política Nacional de Educação, o SGB/CPRM desenvolve ações voltadas à popularização das geociências e ao fortalecimento da formação educacional, por meio do programa institucional SGBeduca e do Museu de Ciências da Terra (MCTer). As atividades promovidas estão alinhadas ao Programa Escola e Comunidade (PROEC), integrando escola, família e comunidade e contribuindo para a cidadania e a melhoria da educação pública. Entre as ações destacam-se: oficinas educativas, exposições e palestras para alunos do ensino básico; o programa “Museu em Movimento”, que leva conteúdos geocientíficos a escolas e comunidades; e cursos de atualização em geociências para professores, com ênfase em sustentabilidade e na Agenda 2030. Essas iniciativas também se alinham à Política de Educação para o Consumo Sustentável e ao programa Mais Professores para o Brasil. Além disso, o Programa Residência SGB/CPRM oferece formação técnica a recém-graduados em Ciências da Terra, promovendo a inserção qualificada no mercado de trabalho e atendendo às diretrizes do Plano Nacional de Educação 2024–2034, com foco na formação profissional alinhada às demandas da sociedade.



(A) Atualização de professores em Morro Grande. (B) Oficina de Fósseis durante o Geomine 2025. (C) Oficina de fósseis na Casa da Ciência no Rio de Janeiro. (D) Visita de escola pública para palestra na SUREG-BE.



2.1.2. Valor Gerado por Eixo Temático: Resultados em Mineração, Hidrologia, Gestão de Riscos/Desastres e Geologia Marinha

O Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, instituído pela Lei nº 14.802/2024, orienta o planejamento de médio prazo do governo federal, organizando políticas públicas, programas e ações. No âmbito do PPA, as entregas do SGB/CPRM são viabilizadas por meio de 16 ações orçamentárias discricionárias, detalhadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Vinculadas aos programas de governo e organizadas por ministério, essas ações alinham os objetivos institucionais às prioridades públicas, assegurando a geração de valor para a sociedade, conforme apresentado no quadro a seguir.



As entregas estratégicas do SGB/CPRM reforçam seu papel técnico no apoio às agendas prioritárias do PPA 2024–2027 e do Novo PAC, especialmente nas áreas de:

- Mineração Segura e Sustentável, com ações voltadas ao aproveitamento responsável dos recursos minerais;
- Oceanos, Zona Costeira e Antártida, por meio de estudos geocientíficos e monitoramento ambiental;
- Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre, com levantamentos hidrogeológicos e sistemas de alerta; e

Gestão de Riscos e de Desastres, com mapeamento e monitoramento de áreas vulneráveis. Essas entregas fortalecem a atuação do Estado nas frentes de sustentabilidade, segurança e resiliência ambiental.

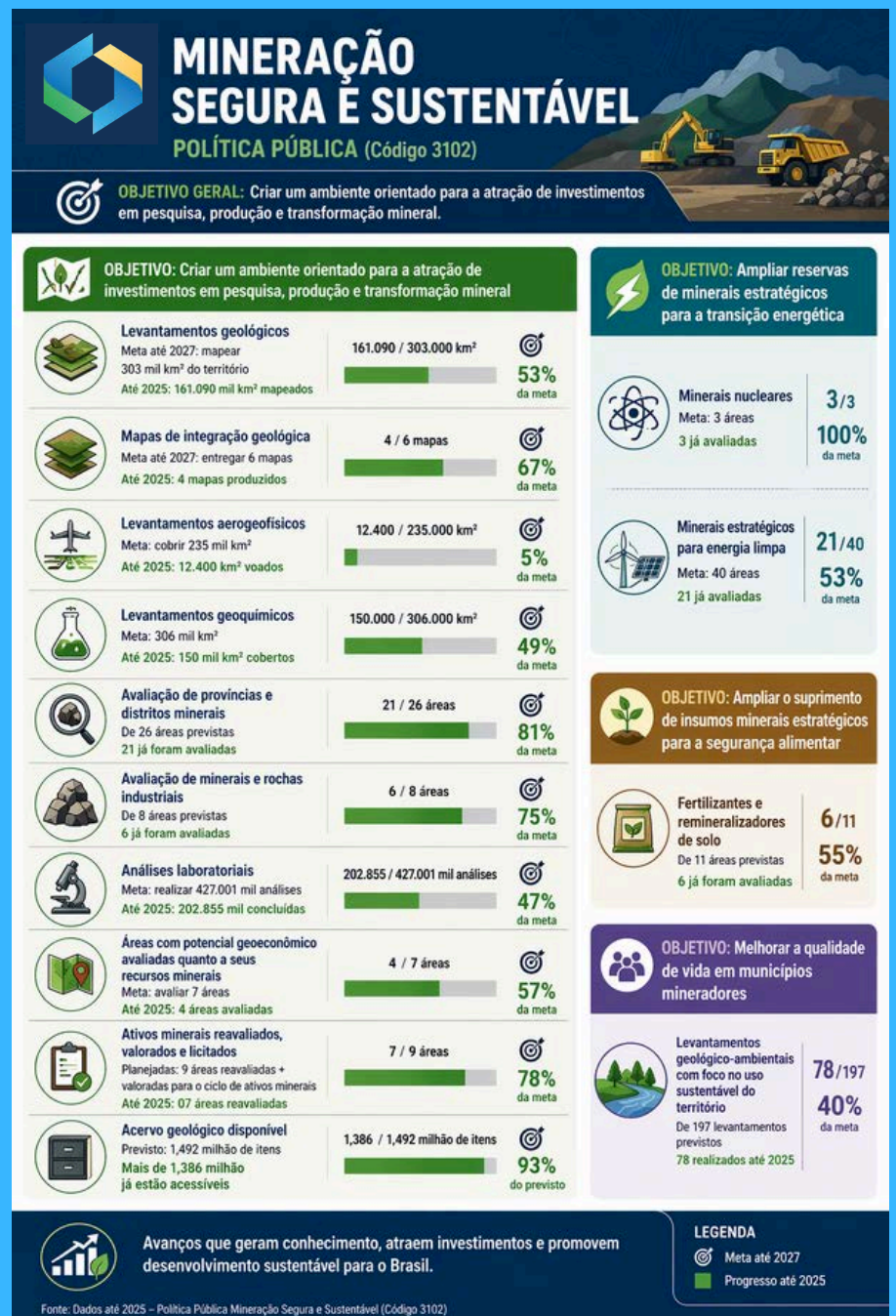


2.1.2.1. Entregas de valor público do Programa Mineração Segura e Sustentável - 3102

A Política Pública de Mineração Segura e Sustentável tem como objetivo central criar um ambiente favorável à atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral, por meio da ampliação do conhecimento geocientífico e da promoção do uso responsável dos recursos naturais.

Os resultados alcançados até 2025 evidenciam avanços consistentes na expansão do conhecimento do território, na avaliação de áreas com potencial geoeconômico e no suporte à cadeia produtiva mineral, refletindo o cumprimento significativo das metas pactuadas para 2027, com percentuais de atingimento que, em diversos indicadores, já superam a metade do previsto. Destacam-se, ainda, as iniciativas voltadas à identificação de minerais estratégicos, essenciais tanto para a transição energética quanto para a segurança alimentar, além das ações direcionadas à melhoria das condições socioambientais em municípios mineradores. Esse conjunto de entregas, demonstra o compromisso com uma mineração cada vez mais segura, sustentável e indutora do desenvolvimento nacional, reforçando o papel do Estado na promoção de políticas públicas baseadas em evidências e orientadas à geração de valor público.

O infográfico apresenta os principais avanços da Política Pública de Mineração Segura e Sustentável até 2025, com destaque para resultados como os 161 mil km² mapeados em levantamentos geológicos, 150 mil km² em levantamentos geoquímicos e mais de 202 mil análises laboratoriais realizadas. Também se destaca a disponibilização de mais de 1,386 milhão de itens do acervo geológico. No campo estratégico, sobressaem a avaliação de 21 áreas de minerais para energia limpa, o cumprimento da meta de minerais nucleares e o avanço na análise de áreas voltadas a fertilizantes. Além disso, foram avaliadas 21 das 26 províncias minerais previstas e entregues 7 áreas reavaliadas para o ciclo de ativos minerais. Esses resultados indicam progresso consistente rumo às metas de 2027, reforçando o papel da política no desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro.



2.1.2.2. Entregas de valor público do Programa Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre - 2321

Esta política tem como objetivo assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos. Os recursos são aplicados na Ampliação do monitoramento de dados de nível dos principais aquíferos brasileiros, na Ampliação da base de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), na Elaboração de mapas, estudos e pesquisas sobre disponibilidade hídrica, e na Difusão do conhecimento geocientífico por meio de capacitações.

O infográfico a seguir apresenta as principais entregas e avanços do SGB/CPRM no âmbito da Política Pública de Recursos Hídricos – Água em Quantidade e Qualidade para Sempre (Código 2321), evidenciando o progresso no monitoramento, cadastro e produção de conhecimento sobre os recursos hídricos no país. Os resultados demonstram a ampliação da capacidade institucional de apoiar a gestão sustentável da água, contribuindo para a segurança hídrica, a redução de riscos e a mitigação de conflitos pelo uso desse recurso essencial.



2.1.2.3. Entregas de valor público do Programa Gestão de Riscos e Desastres - 2318

O infográfico a seguir apresenta as principais entregas do SGB/CPRM no âmbito da Política Pública de Gestão de Riscos e de Desastres (Código 2318), evidenciando os avanços na produção de informações estratégicas para prevenção e mitigação de eventos adversos. Os resultados demonstram o fortalecimento da capacidade institucional de apoiar a tomada de decisão por parte dos entes públicos, por meio de mapeamentos de risco, sistemas de alerta, estudos hidrológicos e produção técnico-científica, contribuindo diretamente para a proteção de vidas, a redução de danos materiais e o aumento da resiliência dos territórios.



2.1.2.4. Entregas de valor público do Programa Oceano, Zona Costeira e Antártica - 6113

As entregas da Política Pública do Programa Oceano, Zona Costeira e Antártica - Código 6113, no âmbito do SGB-CPRM, evidenciam avanços na produção de conhecimento geocientífico voltado à soberania e ao uso sustentável da Amazônia Azul. Em 2025, destacam-se os levantamentos e estudos sobre o potencial mineral marinho, bem como a superação da meta de mapeamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira, fortalecendo a segurança jurídica e o planejamento do uso dos recursos do mar.

Alinhadas ao PPA 2024–2027 e ao Novo PAC, especialmente no eixo de Transição e Segurança Energética, essas entregas reforçam o papel do SGB/CPRM, contribuindo com informações estratégicas para políticas públicas e para o desenvolvimento sustentável dos espaços marinhos e costeiros.

OBJETIVO 1: FORTALECER A SOBERANIA E A SUSTENTABILIDADE NOS ESPAÇOS MARINHOS E COSTEIROS

Este infográfico apresenta as principais entregas relacionadas à ampliação do conhecimento geocientífico na Amazônia Azul, com foco em levantamentos em áreas prioritárias e na avaliação do potencial mineral marinho. Os resultados evidenciam o avanço na geração de dados estratégicos que subsidiam a soberania nacional e o uso sustentável dos recursos marinhos.



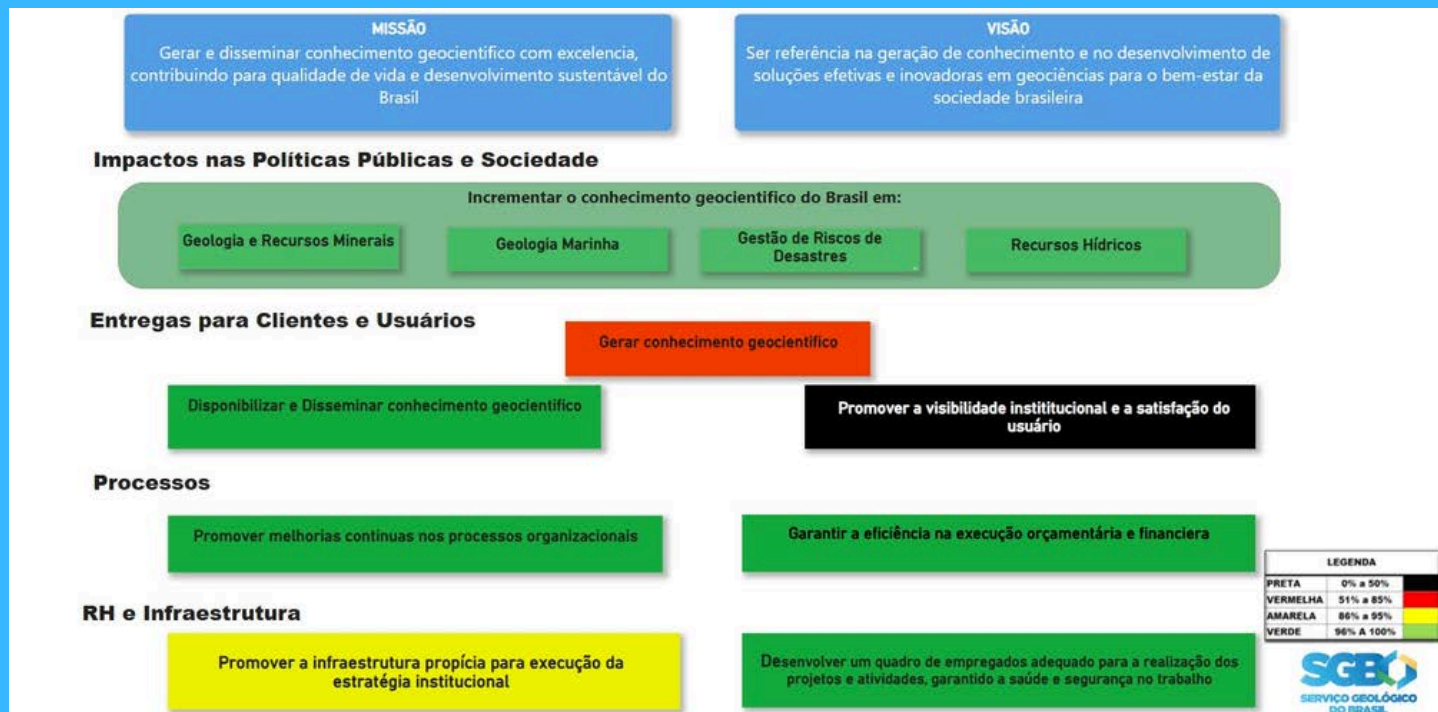
OBJETIVO 2: ORDENAR O USO DOS RECURSOS DO MAR COM SEGURANÇA JURÍDICA E SUSTENTABILIDADE

Este infográfico sintetiza as entregas voltadas ao ordenamento do espaço marinho, com destaque para o mapeamento da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e as iniciativas de cartografia da plataforma rasa. As ações contribuem para o fortalecimento da segurança jurídica e para o planejamento sustentável do uso dos recursos oceânicos.



2.2. Metas e Resultados Institucionais

Os indicadores de desempenho definidos no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) são representados no Mapa Estratégico do SGB/CPRM. A visualização em cores facilita a leitura dos percentuais de metas alcançadas com base na execução frente ao planejamento, permitindo o monitoramento dos avanços ao longo do exercício.



Mapa Estratégico com o desempenho do exercício 2025.



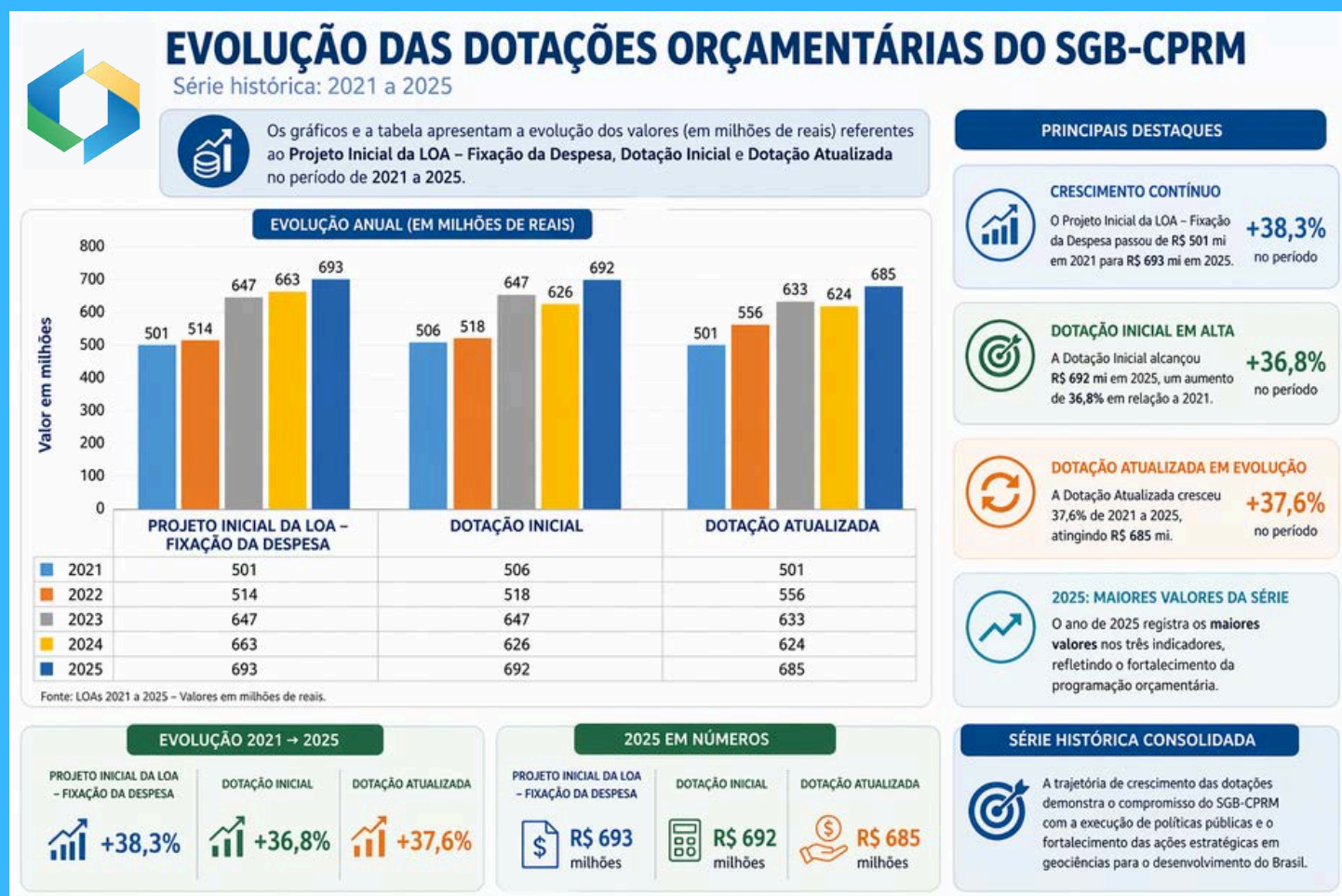
2.3. Declaração de Recursos: Recursos empregados em 2025 e previsão orçamentária para 2026 para execução de políticas públicas

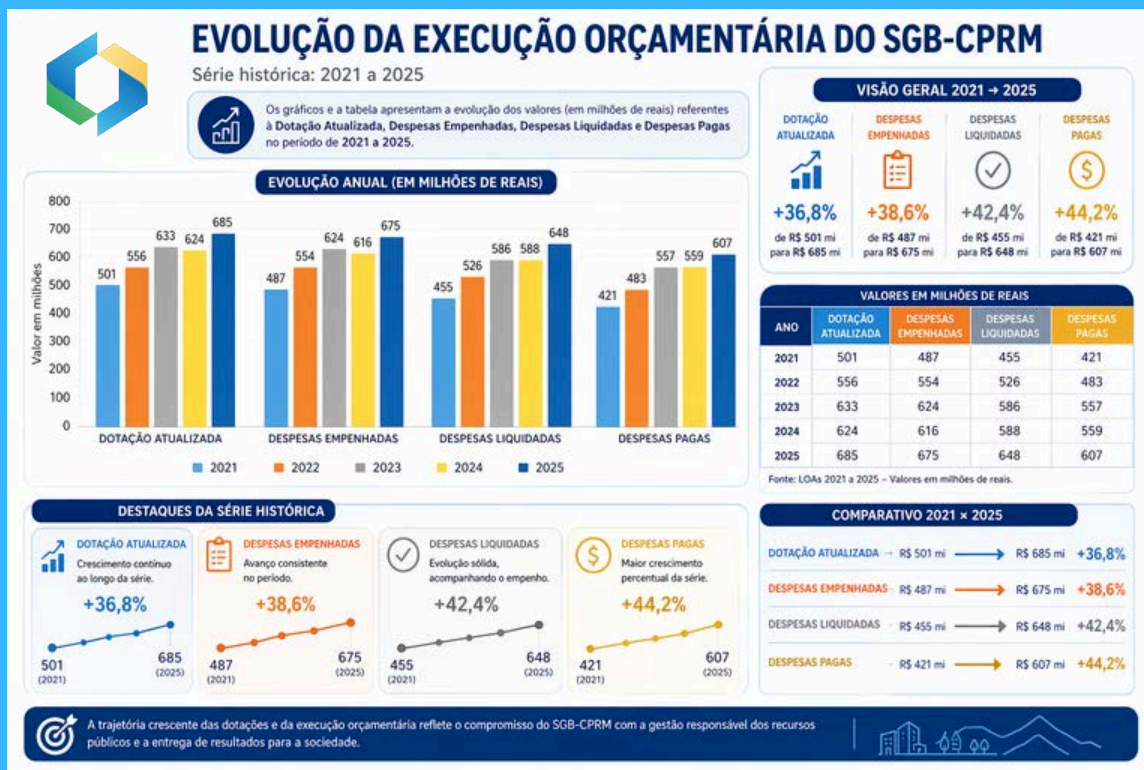
A execução das políticas públicas pelo SGB/CPRM é viabilizada por meio de recursos orçamentários da União, integrados ao Orçamento Geral da União (OGU) e definidos de acordo com as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os limites financeiros estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Gestão Orçamentária e Financeira do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), no exercício de 2025, enfrentou um cenário desafiador, marcado pela redução das despesas discricionárias e pela ampliação das demandas associadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Embora o novo ciclo do PAC tenha ampliado as responsabilidades institucionais, observou-se um ambiente mais restritivo para o financiamento das despesas de funcionamento da empresa.

Ainda assim, a estrutura interna manteve avanços relevantes no monitoramento e na execução orçamentária, mesmo diante das limitações impostas pela menor disponibilidade de recursos discricionários. Nesse contexto, a gestão permaneceu orientada pela busca contínua por eficiência, priorização do gasto e otimização na alocação dos recursos, de modo a sustentar o funcionamento institucional e a execução das ações estratégicas.

ORÇAMENTO DO SGB/CPRM (2021 À 2025)

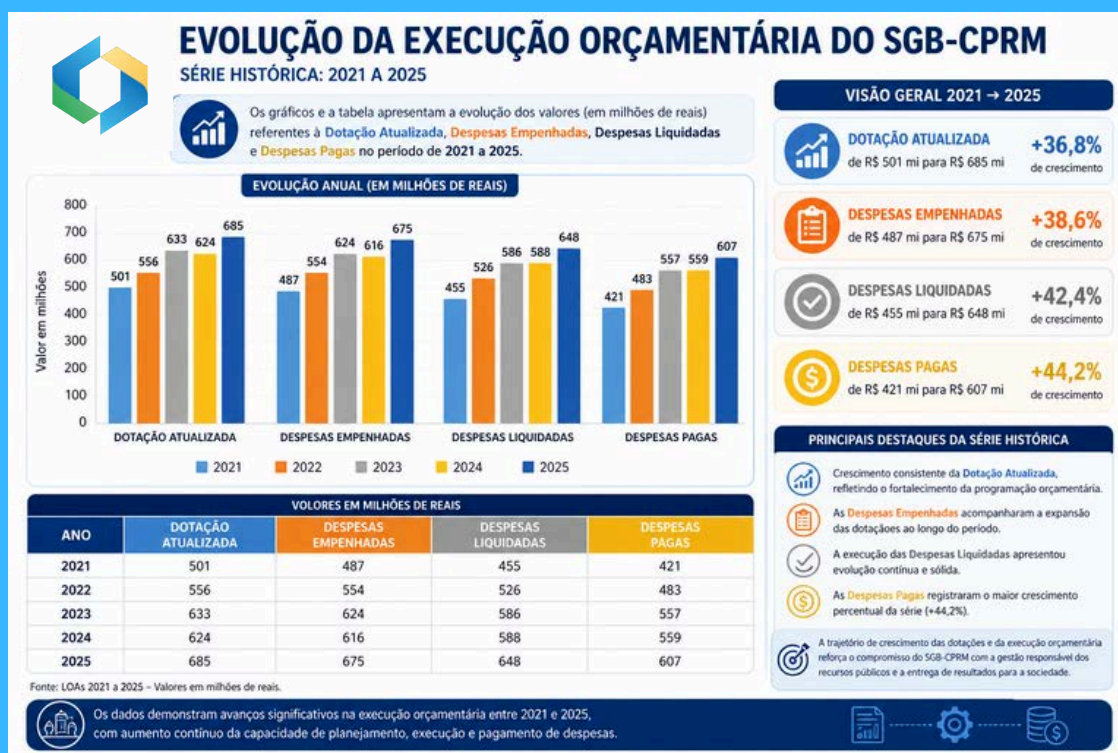




ORÇAMENTO X EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO SGB/CPRM (2021 À 2025)

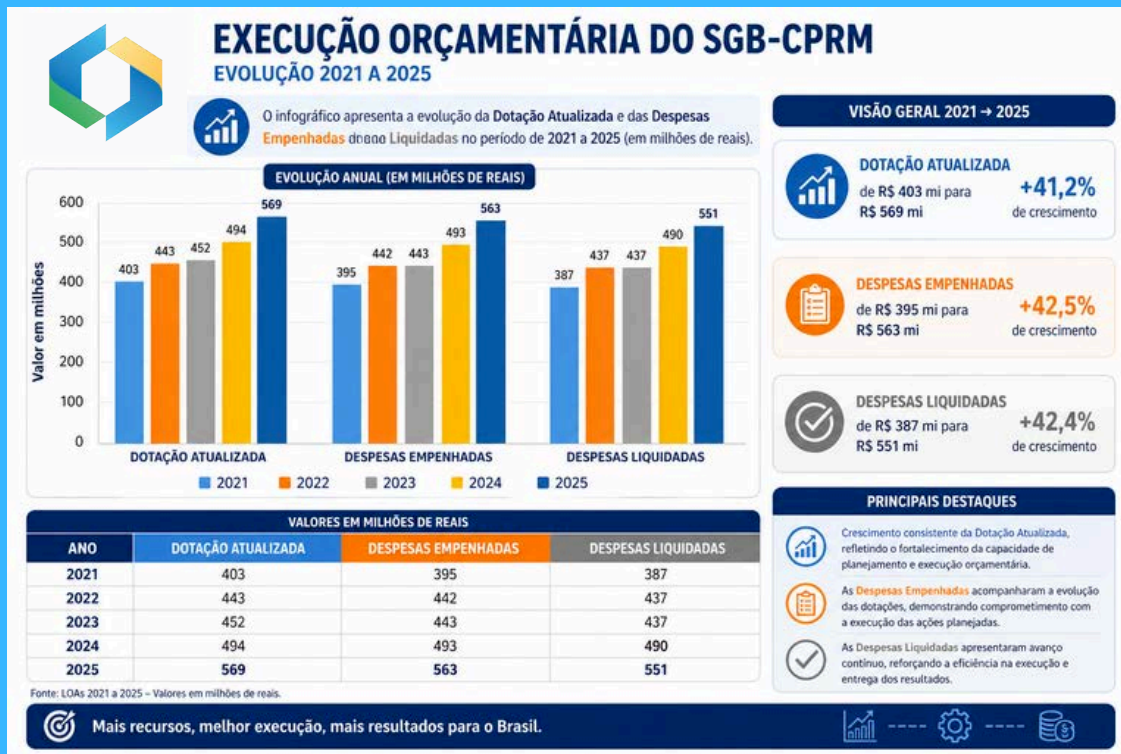
O infográfico a seguir apresenta a evolução da execução orçamentária do SGB/CPRM no período de 2021 a 2025, evidenciando o comportamento das dotações atualizadas e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas. A análise permite observar o avanço consistente na capacidade de planejamento e execução financeira da instituição, refletindo o fortalecimento da gestão orçamentária e o compromisso com a entrega de resultados para a sociedade.

Esse aprimoramento foi essencial para a execução dos projetos vinculados ao novo PAC, cuja natureza estratégica exigiu detalhamento minucioso dos custos e constante reavaliação de prioridades. O SGB se manteve como referência nacional na aplicação do SIC, sendo pioneiro entre as entidades da administração indireta.



ORÇAMENTO X EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EOF OBRIGATÓRIAS DO SGB/CPRM (2021 À 2025)

O infográfico a seguir apresenta a evolução da execução orçamentária do SGB/CPRM no período de 2021 a 2025, com destaque para a dotação atualizada e as despesas empenhadas e liquidadas. Os dados evidenciam uma trajetória de crescimento consistente, indicando o fortalecimento da capacidade institucional de planejamento e execução financeira, bem como maior alinhamento entre a alocação de recursos e a realização das ações programadas.



ORÇAMENTO X EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA- EOF PAC DO SGB/CPRM (2021 À 2025)

O infográfico a seguir apresenta a evolução da execução orçamentária do SGB/CPRM no período de 2015 a 2025, evidenciando o comportamento da dotação atualizada e das despesas empenhadas e liquidadas.



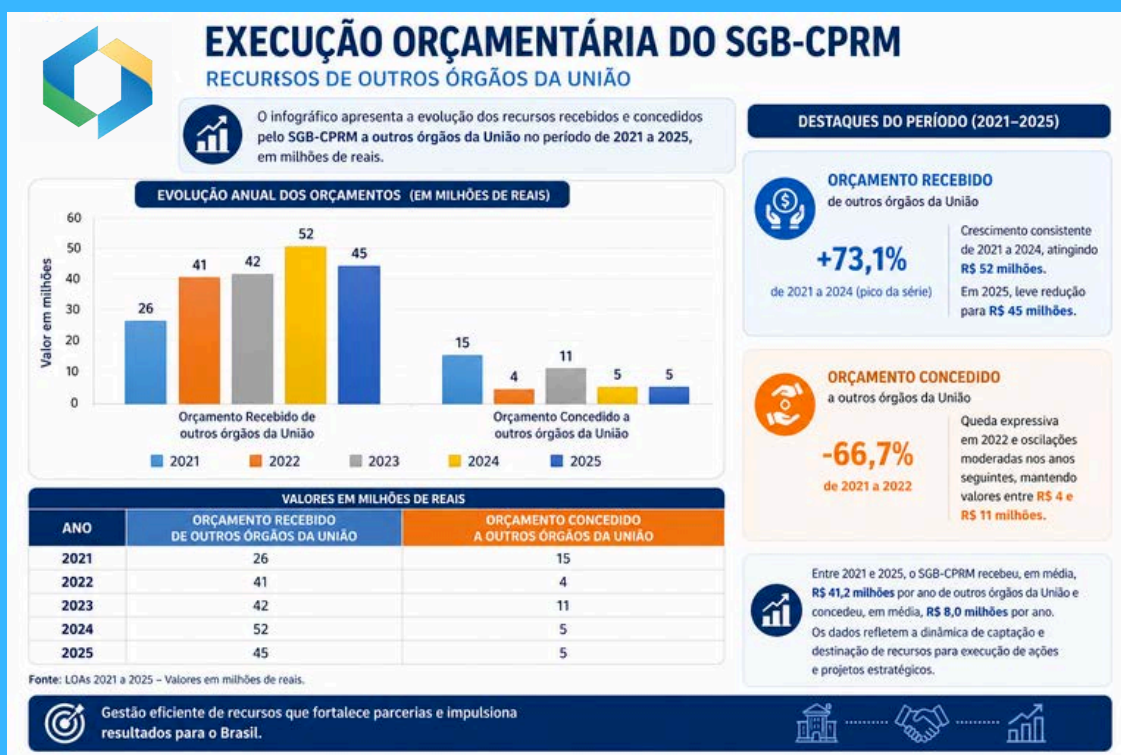
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM % DO SGB/CPRM (2021 À 2025)

O infográfico a seguir apresenta o desempenho da execução orçamentária do SGB/CPRM no período de 2021 a 2025, com os principais indicadores expressos em termos percentuais em relação à dotação atualizada. A análise evidencia níveis elevados e consistentes de execução ao longo da série, demonstrando a capacidade institucional de converter recursos autorizados em entregas efetivas, com alinhamento entre planejamento, empenho, liquidação e pagamento das despesas.



ORÇAMENTO RECEBIDO X ORÇAMENTO CONCEDIDO - SGB/CPRM (2021 À 2025)

O infográfico a seguir apresenta a evolução dos recursos orçamentários recebidos e concedidos pelo SGB/CPRM no período de 2021 a 2025, evidenciando a dinâmica de articulação institucional com outros órgãos da União.



O infográfico a seguir apresenta a evolução da dotação atualizada e dos restos a pagar (RAP) não processados do SGB/CPRM no período de 2021 a 2025, incluindo sua representação percentual em relação ao orçamento disponível. A análise permite compreender o comportamento desse indicador ao longo do tempo, evidenciando o nível de compromissos assumidos e ainda não liquidados, bem como os esforços institucionais para aprimorar o planejamento e a execução orçamentária, com maior controle sobre a formação de passivos.

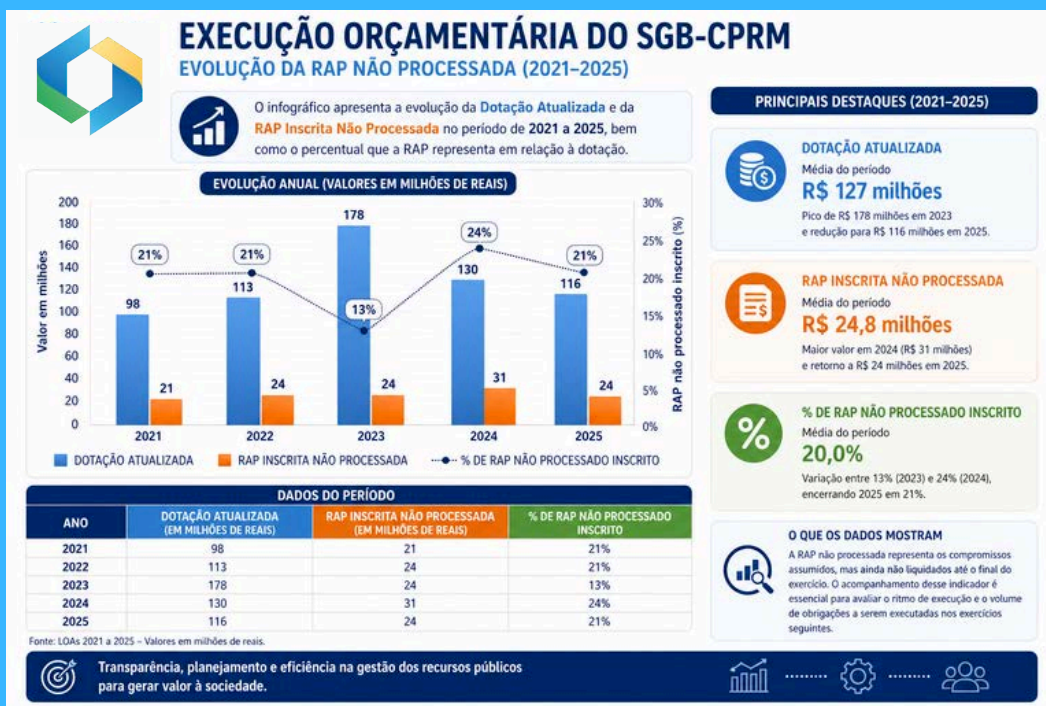


PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

A proposta orçamentária para 2026 do SGB/CPRM, conforme LOA 2026, está estimada em R\$ 726.738.627,00. Montante este que contempla os recursos previstos para a execução de ações orçamentárias e projetos estratégicos para a instituição. Realizando uma análise comparativa entre os valores dos Projetos de Lei Orçamentária Anula de 2025 e 2025, nota-se um crescimento nominal de 4,96% no orçamento total do SGB/CPRM. Contudo, a composição qualitativa desse orçamento revela uma acentuada restrição nas despesas discricionárias destinadas às atividades finalísticas.

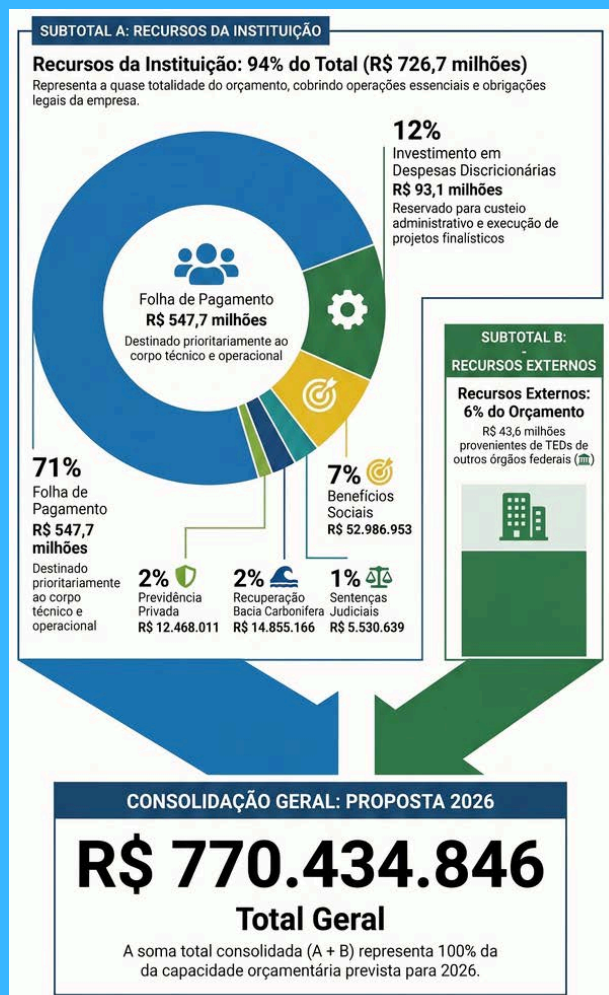
Discriminação	Orçamento Previsto 2026	Participação %
Folha de Pagamento	R\$ 547.716.690	71%
Previdência Privada	R\$ 12.468.011	2%
Benefícios Sociais	R\$ 52.986.953	7%
Sentenças Judiciais	R\$ 5.530.639	1%
Recuperação da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	R\$ 14.855.166	2%
Despesas Discricionárias (Custeio Administrativo e de Projetos)	R\$ 93.181.169	12%
Subtotal (A)	R\$ 726.738.627	94%
Orçamento de outros órgãos Federais (TED)	R\$ 43.696.219	6%
Subtotal (B)	R\$ 43.696.219	6%
Total Geral (C) = (A+B)	R\$ 770.434.846	100%

O infográfico a seguir apresenta a evolução da dotação atualizada e dos restos a pagar (RAP) não processados do SGB/CPRM no período de 2021 a 2025, incluindo sua representação percentual em relação ao orçamento disponível. A análise permite compreender o comportamento desse indicador ao longo do tempo, evidenciando o nível de compromissos assumidos e ainda não liquidados, bem como os esforços institucionais para aprimorar o planejamento e a execução orçamentária, com maior controle sobre a formação de passivos.



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2026

A proposta orçamentária para 2026 do SGB/CPRM, conforme LOA 2026, está estimada em R\$ 726.738.627,00. Montante este que contempla os recursos previstos para a execução de ações orçamentárias e projetos estratégicos para a instituição. Realizando uma análise comparativa entre os valores dos Projetos de Lei Orçamentária Anual de 2025 e 2026, nota-se um crescimento nominal de 4,96% no orçamento total do SGB/CPRM. Contudo, a composição qualitativa desse orçamento revela uma acentuada restrição nas despesas discricionárias destinadas às atividades finalísticas.



2.4. Impactos das Políticas Públicas

O infográfico apresenta, de forma integrada e orientada a resultados, a lógica de geração de valor público da SGB/CPRM, em conformidade com a Portaria SEST/MGI nº 9.734/2024. A partir dos direcionadores estratégicos estabelecidos pelo Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, pelo Novo PAC e pelo planejamento institucional, evidencia-se o encadeamento entre as prioridades governamentais e a atuação técnica da empresa.

Nesse contexto, as atividades finalísticas — abrangendo geologia e recursos minerais, recursos hídricos, gestão de riscos geológicos e ambiente marinho — são traduzidas em entregas concretas à sociedade, como mapas, sistemas de monitoramento, estudos técnicos e bases de dados geocientíficos. Essas entregas, por sua vez, sustentam a geração de impactos estruturados em quatro dimensões: econômica, social, ambiental e institucional.

O infográfico destaca que tais impactos se materializam na redução de incertezas para investimentos, na proteção de populações em áreas de risco, no uso sustentável dos recursos naturais e no fortalecimento da governança pública. Como resultado, consolida-se a contribuição da SGB/CPRM para o desenvolvimento sustentável, a resiliência territorial e a segurança da sociedade, reforçando seu papel como agente estratégico na implementação de políticas públicas e na produção de conhecimento essencial à tomada de decisão governamental.

Neste contexto, as atividades finalísticas — que abrangem desde recursos minerais e hídricos até à gestão de riscos e ambiente marinho — traduzem-se em entregas concretas que possuem correlação direta com as ações e programas listados no Catálogo de Políticas Públicas do Ministério de Minas e Energia (MME). Ao alinhar os seus produtos e serviços às diretrizes deste catálogo, a SGB/CPRM reforça o seu papel como agente estratégico na implementação de políticas nacionais e na produção de conhecimento essencial à tomada de decisão governamental.

O Catálogo de Políticas Públicas do Ministério de Minas e Energia (MME) encontra-se no site do MME, onde os dados estão estruturados em um relatório de *Power BI (Power BI Report)*, o que permite ao usuário interagir e explorar as informações de todas as políticas públicas do MME para facilitar a compreensão e o acesso aos dados governamentais. Além disso, a ferramenta possibilita a visualização consolidada de todas as iniciativas da pasta em um único local.

Conheça o Catálogo de Políticas Públicas do MME: Transparência e Cidadania

Link: <https://www.gov.br/mme/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/catalogo-de-politicas-publicas-mme>



2.4.1. Balanço Social 2024: Demonstração do lucro social e retorno à sociedade

Balanço Social do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) fundamenta-se em diretrizes de transparência, responsabilidade socioambiental e na demonstração do valor público gerado.

O Balanço Social do SGB-CPRM consolidou-se como um instrumento de transparência e gestão estratégica que vai além do relato de resultados, integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais à estratégia corporativa. Suas bases principais são:

1. Conceito e Finalidade Normativa Fundamentado na Norma Brasileira de Contabilidade NBC-T nº 15.
2. A Metodologia do "Lucro Social" Diferente de empresas privadas, o SGB/CPRM utiliza o Balanço Social para demonstrar como o investimento público se converte em retorno para o país. O conceito central é o Lucro Social:
 - Custo Social: Reflete os recursos da União empregados na manutenção da empresa.
 - Retorno Social: Representa o valor dos dados, informações e conhecimentos geocientíficos disponibilizados gratuitamente à sociedade.
 - Indicador de Eficiência: O documento demonstra objetivamente quanto é revertido para a sociedade em termos de conhecimento, segurança e desenvolvimento para cada R\$ 1,00 aplicado na instituição.
3. Modelo de Referência e Adaptação O SGB/CPRM adota o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com as devidas adaptações para refletir as especificidades de uma empresa pública de geociências. A estrutura contempla oito seções fundamentais, incluindo a Tabela Ibase, memórias de cálculo de impactos e destaques do Plano Estratégico.
4. Processo Coletivo e Governança A elaboração do balanço é coordenada por um Comitê Permanente.
5. Evolução Histórica e Valor Gerado Embora planejado desde 1999, o primeiro Balanço Social foi publicado em 2022 (ano-base 2021). Desde então, o valor estimado do lucro social apresentou um crescimento expressivo, evoluindo de R\$ 2,7 bilhões em 2021 para R\$ 6,4 bilhões em 2024, refletindo o aumento no número de produtos e serviços geocientíficos avaliados.



2.4.2. Indicadores de Efetividade: Resultados financeiros por programa e ação orçamentária

O SGB/CPRM adota indicadores estruturados por Programa e Ação Orçamentária do Plano Plurianual (PPA) como instrumento de avaliação de sua efetividade, estabelecendo a correlação entre os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os resultados efetivamente entregues.

Todos os dados utilizados são provenientes do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP), garantindo padronização, confiabilidade e aderência às informações oficiais do processo orçamentário federal.

O infográfico a seguir apresenta a execução financeira e os principais resultados alcançados pelas políticas públicas sob responsabilidade do SGB/CPRM em 2025, evidenciando a relação entre os recursos previstos na LOA, os valores efetivamente liquidados e as entregas realizadas. A síntese permite visualizar, de forma integrada, o desempenho dos programas finalísticos, destacando a contribuição institucional para a geração de valor público em áreas estratégicas como mineração, recursos hídricos, gestão de riscos, recuperação ambiental e geociências marinhas.



2.5. Sustentabilidade e ESG

2.5.1. Aderência aos ODS: Vinculação dos projetos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As entregas do SGB/CPRM estão plenamente alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para operacionalizar essa integração, a instituição lançou a cartilha “CPRM e os ODS”, disponível em seu repositório institucional, na qual cada iniciativa é mapeada e vinculada ao(s) ODS correspondente(s). No Balanço Social, todo retorno de valor social gerado faz referência a um ODS, reforçando a transparência e o compromisso com as metas globais. Além disso, todas as ações previstas no PPA são registradas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP), com indicação clara dos ODS relacionados a cada entrega. Dessa forma, o SGB/CPRM confirma seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável do Brasil, contribuindo de forma mensurável para a Agenda 2030.



2.5.2. Iniciativas ESG: Práticas ambientais, sociais e de integridade

As iniciativas ESG do SGB/CPRM refletem uma abordagem integrada que articula responsabilidade ambiental, compromisso social e práticas robustas de governança. A atuação institucional prioriza a mitigação de riscos, a proteção de vidas humanas, a promoção dos direitos fundamentais e o fortalecimento da integridade e da transparência, consolidando o papel do SGB/CPRM como agente público orientado à geração de valor sustentável para a sociedade.

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) assegura a proteção dos direitos humanos e mantém constante vigilância por meio de suas unidades responsáveis por ética, Governança, Corregedoria e Ouvidoria.

As atividades centrais do SGB/CPRM, relacionadas à mitigação dos impactos de eventos hidrológicos extremos e ao mapeamento de áreas de risco geológico, apoiam as autoridades civis na prevenção de perdas de vidas humanas e danos materiais causados por desastres ambientais, promovendo assim os direitos fundamentais e o princípio da dignidade humana.

As iniciativas de prevenção de desastres naturais podem ser acessadas em (<https://www.sgb.gov.br/prevencao-de-desastres>)

Os alertas sobre eventos críticos estão disponíveis em (<https://www.sgb.gov.br/sace/>), além das informações fornecidas no Balanço Social da instituição.

O SGB/CPRM lançou também uma plataforma com o objetivo de subsidiar a construção de indicadores para o ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial, em sua meta preliminar de número 6, que trata de assegurar moradias adequadas, seguras e sustentáveis aos povos indígenas e afrodescendentes. O SGB/CPRM reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, tanto no contexto de atividades geológicas e minerais quanto na sua relação com as comunidades. A mesma pode ser acessada através do link: <https://geoportal.sgb.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=d95140a15c5f478492ee3ad1c2b20bc1>

Ao adotar uma abordagem integrada e responsável, o SGB/CPRM busca não apenas minimizar os impactos negativos dos desastres naturais, mas também promover um futuro mais justo e sustentável para as gerações atuais e futuras.

AMBIENTAL

- Monitoramento de eventos hidrológicos extremos
- Mapeamento de áreas de risco geológico
- Apoio à prevenção de desastres naturais
- Redução de impactos ambientais e territoriais

IMPACTO
Proteção ambiental e suporte à resiliência climática.

SOCIAL

- Proteção dos direitos humanos
- Apoio à defesa civil e prevenção de perdas humanas
- Plataforma para o ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial
- Inclusão de povos indígenas e afrodescendentes

IMPACTO
Promoção da dignidade humana e inclusão social.

GOVERNANÇA

- Atuação da Ouvidoria, Corregedoria e áreas de Ética
- Práticas de integridade e transparência
- Prestação de contas via Balanço Social
- Disponibilização pública de dados e alertas

IMPACTO
Fortalecimento institucional e confiança pública.

INFORMAÇÕES E FERRAMENTAS DISPONÍVEIS AO PÚBLICO

- Prevenção de Desastres**
Informações e conteúdos sobre prevenção de desastres naturais.
www.sgb.gov.br/prevencao-de-desastres
- Alertas de Eventos Críticos**
Sistema de Alerta de Eventos Críticos (SACE).
www.sgb.gov.br/sace
- Balanço Social**
Retorno de valor social gerado e resultados alinhados aos ODS.
- Plataforma ODS 18 Igualdade Étnico-Racial**
Painel de indicadores para moradias adequadas a povos indígenas e afrodescendentes.
geoportal.sgb.gov.br

SÍNTESE DO COMPROMISSO SGB-CPRM

- Alinhamento global com os ODS e a Agenda 2030
- Gestão orientada por evidências e transparência
- Redução de riscos e proteção de vidas e patrimônio
- Ética, integridade e governança responsável
- Construção de um futuro mais justo, inclusivo e sustentável para todos

SGB-CPRM: CONHECIMENTO GEOCIENÉTICO QUE GERA VALOR PARA A SOCIEDADE E PARA O BRASIL



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. Informações Societárias e estrutura organizacional

3.1.1. Informações Societárias

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – SGB/CPRM é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, o capital social totalmente integralizado, é de R\$ 30,148 milhões, representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em conformidade com o disposto em seu Estatuto Social.

A estrutura acionária da Companhia evidencia o controle acionário da União, que detém 98% do total das ações, assegurando o alinhamento da atuação institucional às políticas públicas, diretrizes estratégicas e orientações do Governo Federal, conforme previsto na legislação aplicável às empresas estatais. Os 2% restantes do capital social encontram-se distribuídos entre acionistas minoritários, compostos por pessoas jurídicas de direito público interno, entidades e órgãos da administração indireta, bem como pessoas jurídicas de direito privado, não havendo impacto no exercício do controle estatal.

A composição do capital social e a estrutura de controle da Companhia estão em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 8.945/2016 e das diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/MGI, assegurando a transparência, a adequada prestação de contas e a governança corporativa da empresa estatal federal.



3.2. Estrutura de Governança

Nossa estrutura de governança apresenta órgãos e instâncias de direção e administração, bem como de fiscalização e acompanhamento, conforme infográfico a seguir: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, COAUD, Governança, AUDITE, Ouvidoria, Corregedoria e Comissão de Ética.



A atuação do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, no seu conjunto, visa estimular a permanente articulação entre os resultados da empresa, o cumprimento da sua missão e o alcance dos seus objetivos estratégicos, através do monitoramento do alcance das metas Estratégicas de Longo Prazo e do Programa Anual de Trabalho PAT 2025, dos indicadores de execução orçamentária e dos demais indicadores de desempenho, incluindo sua revisão para os próximos exercícios, observadas a análise dos relatórios da auditoria interna e as práticas de conformidade, integridade e de gestão de riscos.

3.2.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

O processo de Riscos Corporativos integrado ao Planejamento Estratégico do SGB/CPRM é um instrumento fundamental de governança que visa garantir a máxima resiliência e a entrega de valor público. A capacidade da instituição de se adaptar às transformações globais (tecnológicas, regulatórias e ambientais) é crucial para o cumprimento das metas nos quatro pilares de atuação.

Base Normativa: O processo de gestão integrada de riscos da SGB/CPRM é fundamentado nas normas internacionais ISO 31.000 e COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) – Enterprise Risk Management Framework.

Conexão Estratégica: A gestão de riscos, visa identificar, avaliar e monitorar incertezas que possam impactar negativamente o alcance dos 12 objetivos estratégicos do SGB/CPRM.

Propósito: Antecipar ameaças e oportunidades para garantir a entrega de valor público para sociedade.

DOCUMENTOS NORTEADORES DA GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS DA SGB-CPRM

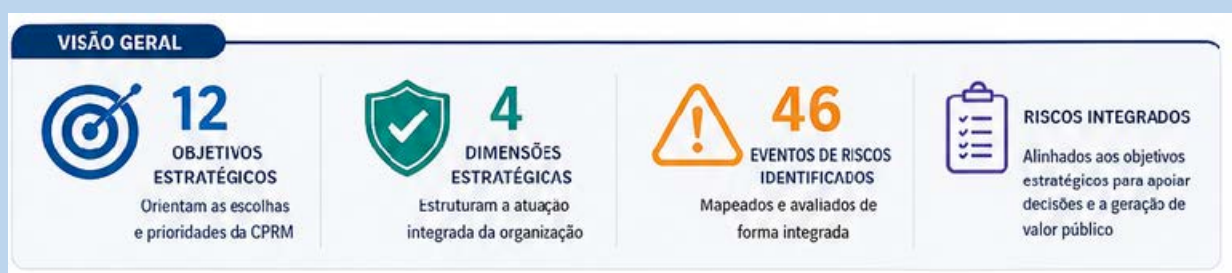


POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS SGB-CPRM

link: https://www.sgb.gov.br/documents/d/guest/politica_gestao_riscos_sgb_set2024

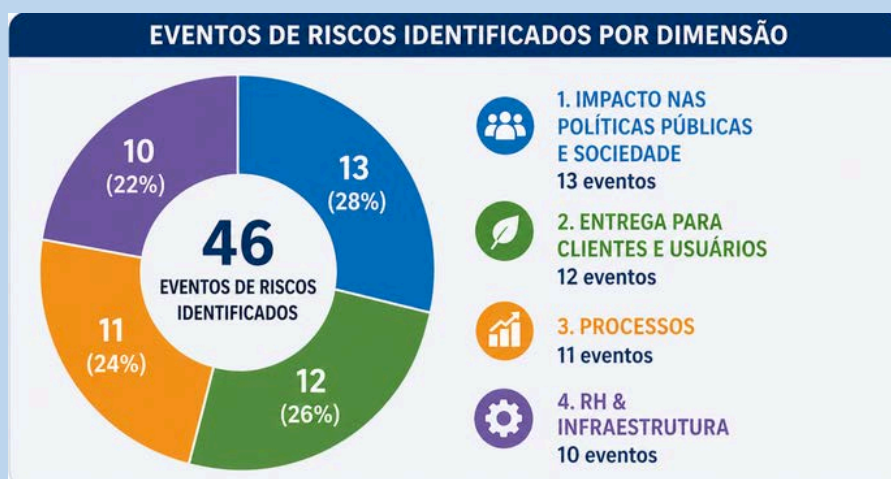
O conjunto de riscos corporativos identificados e analisados ao longo do ciclo de planejamento evidencia a aderência do SGB/CPRM a uma abordagem estruturada e integrada de gestão de riscos, alinhada às suas diretrizes estratégicas e à geração de valor público.

A distribuição dos 46 eventos de riscos entre as quatro dimensões — Impacto nas Políticas Públicas e Sociedade; Entrega para Clientes e Usuários; Processos; e RH & Infraestrutura — demonstra o equilíbrio entre riscos finalísticos e de suporte, reforçando a visão sistêmica da organização.



O infográfico ao lado sintetiza essa distribuição, permitindo visualizar de forma clara a concentração relativa dos riscos em cada dimensão, subsidiando a priorização de ações de tratamento e o fortalecimento dos controles internos.

O gerenciamento de riscos corporativos consolida-se como instrumento essencial para a tomada de decisão, a mitigação de incertezas e o aprimoramento contínuo da governança, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos e para a entrega efetiva de resultados à sociedade.



3.2.2. CONTROLES INTERNOS, CONFORMIDADE E INTEGRIDADE

Os avanços estruturantes realizados pela Governança em 2025 consolidaram um ambiente de controle moderno e geraram valor direto à SGB/CPRM.

Implantação do Sistema Normativo



Garantindo coerência organizacional e alinhamento estratégico.

Padronização de Vigência



Regra estabelecendo que normas entram em vigor apenas após publicação oficial na Intranet e Site da SGB/CPRM, garantindo previsibilidade.

Ampliação e Consolidação



Ampliação da Transparência Ativa e consolidação contínua do Plano de Integridade.

Impacto: Fortalecimento da segurança jurídica e da confiança institucional perante órgãos de controle e sociedade.

Integridade que fortalece a governança e sustenta a confiança pública.

O Programa de Integridade da SGB/CPRM estrutura um conjunto de mecanismos institucionais voltados à promoção da ética, da transparência e da conformidade na gestão pública.

Baseado em práticas de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e canais de comunicação institucional, o programa busca prevenir irregularidades, fortalecer a cultura de integridade e assegurar a atuação responsável da empresa no cumprimento de sua missão pública.

Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da governança, a proteção da reputação institucional e a geração de valor público para a sociedade brasileira.

Esse compromisso institucional é ratificado pela conquista inédita do Selo Ouro no Prêmio Nacional de Transparência Pública (concedido pelo TCU/Atricon), que comprova a maturidade da governança e a integridade dos processos de accountability da empresa.



Concedido pelo TCU e Atricon no ciclo 2025 (Reconhecimento inédito).



3.3. Composição e Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria (COAUD) da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM/SGB observa as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/MGI, em conformidade com a legislação aplicável às empresas estatais federais.

O montante global da remuneração dos administradores e membros dos órgãos estatutários é fixado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração, observando os limites e parâmetros definidos pela SEST/MGI.

A remuneração da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais fixos (12 parcelas anuais), acrescidos de gratificações, benefícios e encargos sociais, conforme normativos vigentes. Adicionalmente, encontra-se prevista a implementação de programa de remuneração variável anual (RVA), referente ao exercício de 2025, estruturado em conformidade com os parâmetros definidos pelo Ofício Circular SEI nº 2315/2024/MGI e pela Nota Técnica SEI nº 33440/2025/MGI, observadas as diretrizes da política de governança e desempenho institucional.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal corresponde a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicionais e benefícios, em consonância com a legislação vigente. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria (COAUD) observa o disposto normativo aplicável, não podendo ser inferior àquela atribuída aos membros do Conselho Fiscal.

Para o exercício de 2025, os valores da remuneração global dos administradores e membros dos órgãos estatutários foram devidamente aprovados pela Assembleia Geral, conforme detalhamento a seguir:

Dirigentes				
Cargo	Diretoria	Remuneração fixa anual 2	Remuneração variável 3	Benefícios 4
Diretor-Presidente	PR	R\$887.707,56	R\$47.555,76	R\$95.958,67
Diretor	DGM	R\$887.707,56	R\$47.555,76	R\$95.958,67
Diretor	DHT	R\$887.707,56	R\$47.555,76	R\$95.958,67
Diretor	DIG	R\$887.707,56	R\$47.555,76	R\$95.958,67
Diretor	DAF	R\$887.707,56	R\$47.555,76	R\$95.958,67
Total		R\$4.438.537,80	R\$237.778,80	R\$479.793,35

1. Os dados apresentados referem-se aos valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2025 conforme determinado por meio da Portaria SEST/MGI nº 9.734/2024.

2. Consideram-se como remuneração fixa anual: honorário fixo, gratificação natalina, gratificação de férias e quarentena.

3. A remuneração variável obedece aos parâmetros definidos pela SEST/MGI conforme Nota Técnica SEI nº 33440/2025/MGI.

4. Consideram-se benefícios: auxílio-alimentação, plano de saúde e seguro de vida.



COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO – SGB/CPRM | 2025

Diretrizes Gerais

- Remuneração alinhada às normas da SEST/MGI
- Conformidade com a legislação de empresas estatais federais
- Governança baseada em transparência, controle e desempenho institucional



Definição da Remuneração



Fixação anual pela Assembleia Geral Ordinária (AGO)



Aprovada pelo Conselho de Administração



Limites e Parâmetros da SEST/MGI

Estrutura de Remuneração

Diretoria Executiva



RVA em 2025

- Honorários Fixos
- Gratificações S. Benefícios
- Benefícios

Conselhos e Comitês



10% da Média da Diretoria

- Conselhos e Comitês
- Comtê de Auditoria (COAUD)

Empregados



- Remuneração Fixa
- Plano de Cargos e Salários

Remuneração da Diretoria Executiva (2025)

Cargo	Remuneração Fixa Anual	Variável	Benefícios
Diretor-Presidente	R\$ 887.707,56	R\$ 47.555,76	R\$ 95.958,67
Diretores (4)	R\$ 887.707,56 (cada)	R\$ 47.555,76	R\$ 95.958,67
Totals	R\$ 4.438.537,80	R\$ 237.778,80	R\$ 479.793,35

Observações

- ✓ Aprovados na AGO 2025
- ✓ Portaria SEST/MGI nº 9.734/2024

Fixa: Honorários + 13º + Férias + Quarentena

Variável: Conforme Metas SEST

Benefícios: Alimentação + Saude + Seguro

Mensagem-Chave

A política de remuneração da SGB/CPRM assegura **ALINHAMENTO ESTRATÉGICO, CONTROLE PÚBLICO E INCENTIVO AO DESEMPENHO.**



3.3.1 Composição e Remuneração Conselheiros e COAUD

Conselhos e Comitê de Auditoria			
Cargo	Unidade	Quantidade	Remuneração fixa anual
Conselheiros(as)	Conselho de Administração	6	R\$247.289,76
Conselheiros(as)	Conselho Fiscal	3	R\$123.644,88
Membros	Comitê de Auditoria COAUD	3	R\$149.860,80
Total			R\$520.795,44

3.3.2 Remuneração Variável RVA 2025

O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) tem por objetivo vincular parcela da remuneração dos dirigentes ao desempenho institucional, promovendo o alinhamento entre a atuação da alta administração, a execução do planejamento estratégico e a entrega de resultados à sociedade.

O RVA constitui instrumento de governança corporativa que incentiva a geração de valor público, a eficiência operacional e o cumprimento das políticas públicas atribuídas ao SGB/CPRM, estando estruturado com base em indicadores de desempenho mensuráveis, objetivos e aderentes às diretrizes estratégicas da Companhia, de modo a contribuir para o alcance de sua missão e visão institucional.

A estrutura do programa observa as orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/MGI, em especial as diretrizes constantes da Nota Técnica SEI nº 33440/2025/MGI, contemplando indicadores organizados nas dimensões de desempenho: Econômico-Financeira, Políticas Públicas e Governança Corporativa.

Os indicadores do RVA são definidos de forma a refletir a execução das prioridades estratégicas da Companhia, bem como o desempenho institucional em relação às metas estabelecidas, assegurando a transparência, a accountability e o monitoramento sistemático dos resultados.

Dimensão	Indicador	Meta	Peso	Resultado
Econômico-Financeiro	Porcentagem de Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA)	≥80%	10%	86,80%
	Porcentagem de Inscrição em Restos a Pagar (RAP) totais	≤20%	20%	19,40%
Políticas Públicas	Índice de Alcance dos Indicadores Finalísticos do SGB-CPRM (IAIF)	100%	50%	119%
Governança Corporativa	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	900	20%	761,69



Com base nas referências indicadas e nas manifestações técnicas das áreas envolvidas (DECOF, SUPLAN e Governança), consolidou-se a medição do Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), ano-base 2025, no âmbito do SGB/CPRM, abrangendo as dimensões Econômico-Financeira, Políticas Públicas e Governança Corporativa.

No que se refere aos resultados apurados:

Econômico-Financeiro: verificou-se o atingimento das metas de execução da LOA (86,8%, meta $\geq 80\%$) e de inscrição em RAP totais (19,4%, meta $\leq 20\%$), conforme Despacho DECOF (SEI nº 2831030).

Políticas Públicas: o IAIF apurado foi de 119% (meta $\geq 100\%$), atendendo ao gatilho do Programa (média $\geq 77,28\%$), conforme Despacho SUPLAN (SEI nº 2833564), em consonância com o Relatório de Premissas (SEI nº 2824530) e a Nota Técnica SEI nº 33440/2025/MGI (SEI nº 2679103).

Governança Corporativa (IC-SEST): registrou-se pontuação apurada de 761,69 pontos, frente à meta de 900 pontos, conforme Despacho GOVERNANÇA (SEI nº 2833176).



3.4. Dados Econômico-Financeiros e Comentários dos Administradores

O Conselho de Administração do SGB/CPRM examinou e aprovou o Relatório de Gestão Integrado e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 3.754.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta e quatro mil reais), cuja destinação proposta é a absorção integral por prejuízos acumulados de anos anteriores, impossibilitando a distribuição de dividendos ou formação de reservas.

O Conselho Fiscal, manifestou-se no sentido de que as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação da Companhia, estando aptas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária, registrando parágrafo de ênfase quanto ao não recolhimento de Imposto de Renda, em razão de ação judicial em curso, com valores registrados no passivo.

Quanto à destinação do resultado, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente à proposta apresentada pelo Conselho de Administração, considerando a situação econômico-financeira da Companhia.

Este infográfico sintetiza, de forma visual e objetiva, os principais dados econômico-financeiros da CPRM referentes ao exercício de 2025, acompanhados da análise interpretativa da Administração. A figura evidencia o resultado positivo apurado, sua destinação e os principais aspectos da situação patrimonial, operacional e de fluxo de caixa, reforçando a consistência e a confiabilidade das informações contábeis. Destaca-se, sobretudo, a leitura da Administração quanto à condução responsável e prudente da gestão, orientada à sustentabilidade econômico-financeira, ao fortalecimento institucional e à geração de valor público, em consonância com os princípios de transparência e boa governança.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 2025 E COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO – SGB-CPRM

Serviço Geológico do Brasil

Síntese dos resultados, situação financeira e interpretação da Administração

RESULTADO DO EXERCÍCIO 2025

LUCRO LÍQUIDO
R\$ 3,754 milhões

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

- Compensação de prejuízos acumulados
- Ausência de distribuição de dividendos
- Não constituição de reservas

RESULTADO POSITIVO, DIRECIONADO À RECOMPOSIÇÃO PATRIMONIAL E AO FORTALECIMENTO DA COMPANHIA.

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

As Demonstrações Contábeis, quando lidas em conjunto com as Notas Explicativas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes:

- a posição patrimonial e financeira da CPRM em 31/12/2025
- o desempenho de suas operações
- os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

- Posição patrimonial sólida e equilibrada.
- Ativos, passivos e patrimônio líquido consistentes.
- Estrutura de capital preservada, com foco na sustentabilidade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

- Resultado positivo no exercício, refletindo a eficiência operacional.
- Continuidade das operações garantida.
- Manutenção do compromisso com a missão institucional.

FLUXO DE CAIXA

- Geração de caixa compatível com as atividades desenvolvidas.
- Capacidade das operações de geração e investimentos.
- Gestão financeira orientada à prudência e eficiência.

AUDITORIA INDEPENDENTE

OPINIÃO: SEM RESSALVAS

As demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos de caixa da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis brasileiras.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração avalia que o desempenho de 2025 demonstra a solidez da gestão e o compromisso com a responsabilidade fiscal, a eficiência operacional e a transparência das informações.

RESULTADOS QUE FORTALECEM

O lucro obtido evidencia a capacidade da SGB-CPRM de gerar resultados positivos, contribuindo para o equilíbrio patrimonial e a sustentabilidade da Companhia.

DECISÕES RESPONSÁVEIS

A destinação do resultado à absorção de prejuízos acumulados é compatível com a estrutura de capital e com os objetivos de longo prazo da SGB-CPRM.

GESTÃO PRUDENTE E EFICIENTE

A gestão financeira permanece pautada pela prudência, pelo controle dos riscos e pela busca contínua de eficiência na aplicação dos recursos públicos.

COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA

A Companhia mantém o compromisso com a transparência, boas práticas de governança e qualidade da informação contábil, reforçando a confiança dos stakeholders.

FOCO NO FUTURO

Seguiremos focados no fortalecimento institucional, na inovação e na geração de valor para a sociedade brasileira.

O CONSELHO FISCAL manifestou-se favoravelmente à submissão das demonstrações contábeis à Assembleia Geral Ordinária, por entender que representam adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira da SGB-CPRM. Destacou, ainda, que a proposta de destinação do resultado está alinhada à estrutura de capital e à situação financeira da Companhia, refletindo uma gestão responsável e prudente.

DIRETORIA EXECUTIVA
Aprovação em 18/03/2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Parecer favorável em 18/03/2026

CONSELHO FISCAL
Parecer favorável em 27/03/2026

AUDITORIA INDEPENDENTE
Relatório em 06/03/2026

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025 ESTÃO APTAS PARA APECIAÇÃO E SUBMISSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Resultados que refletem nosso propósito: gerar conhecimento geocientífico e promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

SUSTENTABILIDADE
TRANSPARÊNCIA
EFICIÊNCIA
GOVERNANÇA

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Decisões e Manifestações sobre as Demonstrações Contábeis – Exercício de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

19/03/2026

Em reunião, o Conselho de Administração aprovou o **Relatório da Administração** (Relato de Gestão Integrado) e as **Demonstrações Contábeis** do exercício encerrado em 31/12/2025.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Lucro líquido de R\$ 3.754.000,00, com proposta de absorção por prejuízos acumulados, sem distribuição de dividendos ou constituição de reservas.

O Conselho de Administração tomou conhecimento do **Relatório dos Auditores Independentes**, que opinou pela adequação das demonstrações contábeis.

Com base nas manifestações da Consultoria Jurídica, da Diretoria Executiva e do COAUD, o Conselho concluiu que os documentos estão **aptos à submissão à Assembleia Geral Ordinária.**

CONSELHO FISCAL

27/03/2026

Em reunião, o Conselho Fiscal manifestou-se no sentido de que as demonstrações contábeis **representam adequadamente** a situação da Companhia.

As demonstrações estão **aptas à apreciação** pela Assembleia Geral Ordinária.

Registrou **parágrafo de ênfase** quanto ao não recolhimento de Imposto de Renda, em razão de ação judicial em curso, com valores registrados no passivo.

Quanto à destinação do resultado, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente à proposta apresentada pelo Conselho de Administração, considerando a situação econômico-financeira da Companhia.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Lucro líquido de R\$ 3.754.000,00 → Proposta de absorção por prejuízos acumulados → Sem distribuição de dividendos ou constituição de reservas

PRÓXIMO PASSO

Os documentos encontram-se aptos à submissão à Assembleia Geral Ordinária, para apreciação e deliberação.

Todas as manifestações observam a legislação aplicável e as boas práticas de governança corporativa.

Página 47 de 49

3.5. Inovações em Governança Corporativa: Boas práticas implementadas e índices de maturidade (IG-SEST e iESGo)


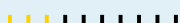

O resultado do levantamento iESGo – Índice ESG, consolidando as informações e autoavaliações fornecidas pelo SGB/CPRM durante o exercício de 2024. Este diagnóstico constitui a linha de base para a instituição, uma vez que servirá de parâmetro para monitoramentos futuros e para o acompanhamento contínuo da maturidade em sustentabilidade e governança.

A iniciativa, promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), avalia a adesão das organizações públicas federais às práticas de governança e gestão integradas à sustentabilidade ambiental e social. O SGB-CPRM obteve um desempenho de 58,0%, posicionando-se na faixa de classificação Intermediária.

Os principais pontos fortes identificados foram:

- Governança e Gestão Orçamentária: Índices de 77,6% e 80,6%, respectivamente.
- Governança Pública Organizacional: Índice de 69,8%.
- Tecnologia da Informação: Índice de 62,4%.

Esses dados reforçam o compromisso da governança do SGB/CPRM em mitigar riscos e promover a transparência, utilizando este primeiro indicador federal de ESG como ferramenta de benchmarking para o aprimoramento de seus processos e para a geração de valor público sustentável.

INDICADOR	VALOR DE DESEMPENHO	FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO
iESGo índice ESG	58,0% 	Intermediário
iES índice integrado de sustentabilidade ambiental e social	23,8% 	Inicial
iGovSustentAmb índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental	23,3% 	Inicial
iGovSustentSocial índice de governança e gestão da sustentabilidade social	24,1% 	Inicial
IGG índice integrado de governança e gestão pública	54,4% 	Intermediário
iGovPub índice de governança pública organizacional	69,8% 	Intermediário
iGovPessoas Índice de Governança e Gestão de Pessoas	34,1% 	Inicial
iGestPessoas índice de gestão de pessoas	49,0% 	Intermediário
iGovTI índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação	62,4% 	Intermediário
iGestTI índice de gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação	54,0% 	Intermediário
iGovContratações índice de governança e gestão de contratações	25,8% 	Inicial
iGestContrat índice de gestão de contratações	20,4% 	Inicial
iGovOrcament índice de governança e gestão orçamentárias	77,6% 	Aprimorado
iGestOrcament índice de gestão orçamentária	80,6% 	Aprimorado

Fonte: TCU - Levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão nas organizações públicas federais 2024 (Acórdão 1913/2024-TCU-Plenário)



SGB.GOV.BR

